



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 034/12

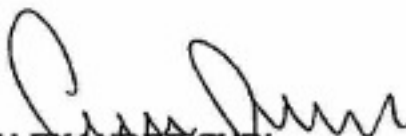
Acrescenta o art. 3º à Lei Estadual
nº 16.724/10.

Art. 1º Acrescenta o art. 3º à Lei Estadual nº 16.724, de 23 de dezembro de 2010, bem como renumera o atual art. 3º para art. 4º e o art. 4º para art. 5º, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 3º O descumprimento ao disposto na presente Lei sujeitará em multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), havendo cobrança em dobro no caso de reincidência, e perda da inscrição estadual."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 466/12

Altera a Lei nº 11.580/96, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996:

I - Fica acrescentado o art. 46-A:

“Art. 46-A As administradoras de cartões de crédito, débito e similares deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similar, na forma estabelecida em decreto do Poder Executivo.”

II - Fica acrescentado o inciso XXII ao § 1º do art. 55:

“Art.55. ...

§ 1º...


(...)

XXII - de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor das operações ou prestações não informadas ou informadas em desacordo com a legislação, às administradoras de cartões de crédito, débito e similares que não entregarem, na forma e no prazo previstos na legislação, as informações sobre as operações ou prestações promovidas por estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam realizados por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares.”

20
2012

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

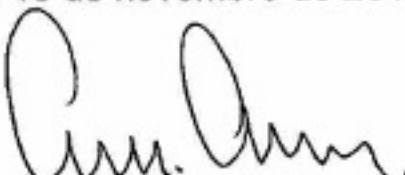
Redação Final ao Projeto de Lei nº 475/12

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o prato "Frango na Telha", do Município de Umuarama, a ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o prato "Frango na Telha", do Município de Umuarama, a ser celebrado no 1º domingo do mês de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR


JURACY



D.L.
Grand
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 662/2011

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

Rev. 27 AUG 2011

1º Secretário

SÚMULA: Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no Estado do Paraná.

Art. 1º. As empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná, que efetuem cobranças por via postal, ficam obrigadas a efetuar sua postagem com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias da data de seu vencimento.

§1º. Para que haja um melhor controle, as datas de vencimento e de postagem deverão ser impressas na parte externa da correspondência de cobrança.

Art. 2º. Em caso de descumprimento desta Lei, aplicar-se-á ao infrator multa no valor de 100 (cem) UFIRs referente a cada caso.

§1º. A multa prevista no caput deste artigo será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º. Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 20

ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Saleté s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de obrigar as empresas que efetuam suas cobranças por meio de correspondências a postarem as cartas com uma antecedência mínima de dez dias.

Tal medida se justifica pelo fato de muitas vezes os consumidores receberem os boletos de cobrança em data muito próxima à data de seu vencimento, inviabilizando o pagamento em dia. Dependendo da demora dos correios, ocorrem até mesmo casos onde a correspondência chega após a data do vencimento, sendo o consumidor obrigado a pagar juros de mora, sem ter culpa alguma pelo acontecido.

É uma medida simples mas necessária, pois obrigando a empresa a enviar a correspondência com a devida antecedência e ainda imprimir a data de envio e de vencimento no exterior do envelope evita-se qualquer tipo de contratempo entre ela e o cliente.

Pelo exposto acima é que apresentamos a presente proposição, na certeza de contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2011.



ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 662/11

D. L.
12

Projeto de Lei nº 662/11

Autor: Deputado Estadual Aníbelli Neto

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tem como intuito obrigar as empresas públicas e privadas que efetuam suas cobranças por meio de correspondências e postarem as cartas com antecedência mínima de dez dias, bem como deixarem impressas na parte externa da correspondência as datas de vencimento e de postagem.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Sobre a Iniciativa de projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
13
4

na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno
observar a Constituição Estadual do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou
comissão da Assembléia Legislativa, ao
Governador do Estado, ao Presidente do
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de
Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos
previstos nesta Constituição.

Da análise do projeto em tela, nota-se que o
objetivo é disciplinar a postagem de cobranças com antecedência de,
no mínimo, dez dias da data do vencimento.

Diante disso, cumpre destacar o direito à
informação previsto na Constituição Federal, artigo 5º, inciso XIV:

**é assegurado a todos o acesso à informação
(...)**

Uma vez possibilitado o acesso, a informação
torna-se pública, daí decorrendo o direito de todos receberem-na e
exigirem-na. Denota-se, então, que o direito à informação, trata-se de
direito assegurado pela Carta Magna ao alcance de todos de forma
igualitária.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem
obices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

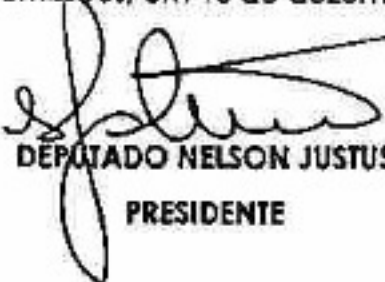
D. L.


14

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela
APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua
LEGALIDADE.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 662/2011

Autor: Deputado Aníbelli Neto

Súmula: Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no Estado do Paraná

Justificativa: O recebimento das cobranças em data muito próxima ou até após o vencimento, inviabilizando o regular pagamento.

○ Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça

Esta Comissão realizou a discussão do presente Projeto de Lei com a Associação Comercial do Paraná, com o Banco Central do Brasil e com a Federação Brasileira de Bancos, conforme ata em anexo, da qual resultou a aprovação de seu conteúdo.

Houve sugestão do Ministério Público de que as empresas enviassem a cobrança concomitantemente por outro meio, caso dispusessem de tal informação.

○ Além disso, houve sugestão de que, em caso de infração ao disposto, houvesse a remissão ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, no que se refere às penalidades aplicáveis.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, apresentando a seguinte Emenda Substitutiva:

Art. 1º. As empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná, que efetuem cobranças via postal, ficam obrigadas a efetuar sua postagem com antecedência mínima de 10 (dez) dias

da data de seu vencimento, bem como de enviar a cobrança por outro meio, caso disponha de tal informação.

Art. 2º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

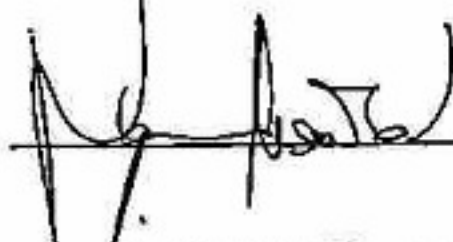
Sala das Comissões, em 21 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos

Presidente

Deputado Nereu Moura

Relator



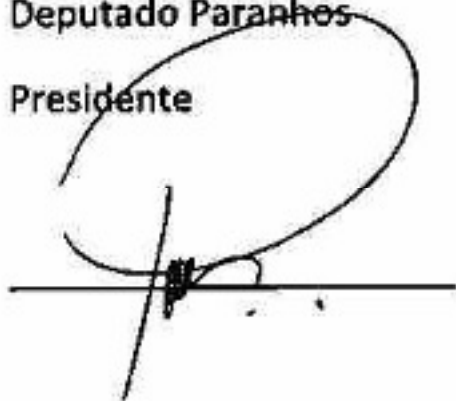
Art. 1º. As empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná, que efetuam cobranças via postal, ficam obrigadas a efetuar sua postagem com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de seu vencimento, bem como de enviar a cobrança por outro meio, caso disponha de tal informação.

Art. 2º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, em 27 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos

Presidente

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Deputado Nereu Moura

Relator

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 662/11

Projeto de Lei nº 662/11

Autor da emenda: Comissão de Defesa do
Consumidor.

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei tinha como objetivo dispor sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Evandro Junior.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Nereu Moura. Por esta razão é que a referida Emenda sumete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

EMBASAMENTO JURÍDICO

As Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3º deste regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

Ainda, dispõe o art. 137, § 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Parém, com o objetivo de proporcionar melhor técnica legislativo a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fla. 30

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.


Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:


Art. 138. A emenda apresentada a denomina-se subemenda.

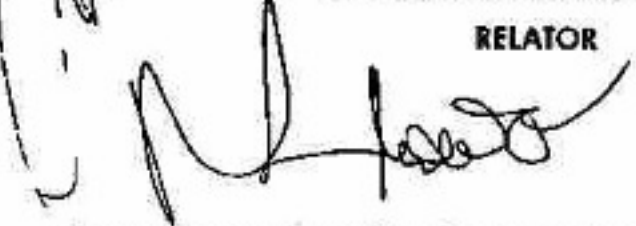
CONCLUSÃO

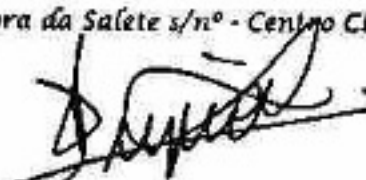
Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO da Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da Subemenda em anexo.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 51

Submenda substitutiva geral a emenda da Comissão de defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 662/2011

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, Inciso II do Regimento Interno dessa Casa de leis, faz-se necessária a apresentação da presente Submenda Substitutiva Geral, a qual visa alterar a Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor ao projeto de Lei nº 662/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - As empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná, que efetuem cobrança via postal, ficam obrigadas a efetuar sua postagem com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de seu vencimento, bem como de enviar a cobrança por outro meio, caso disponha de tal informação.

Art 2º - As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º - Caso julgue necessário, o Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

unanimemente em 07/08/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 662/12

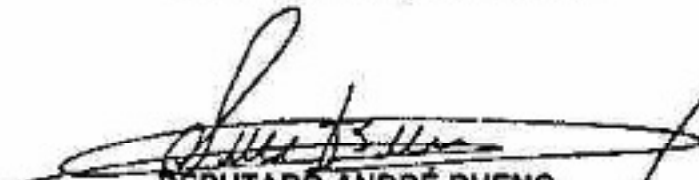
Autor: Dep. Antônio Anibelli Neto,
Relator: Toninho Wandscheer.

Súmula: Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no Estado do Paraná.

A quitação antecipada do débito com o desconto é direito do consumidor e as empresas de crédito não podem negar este direito, mesmo que esteja previsto contratualmente porque o CDC é norma de ordem pública e afasta qualquer disposição contratual que contrarie suas normas jurídicas.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei, na forma da SUBEMENDA ADITIVA.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



**SUBEMENDA ADITIVA ÀO PL. Nº. 662/2011 DE AUTORIA DO
DEPUTADO ANTÔNIO ANIBELLI NETO.**

Altera o caput do artigo 1º. – As empresas públicas e privadas situadas no Estado do Paraná que efetuem cobranças originadas de relação de consumo e por via postal, ficam obrigadas a efetuar sua postagem com antecedência mínima de 10 dias da data de seu vencimento, bem como de enviar a cobrança por outro meio, caso disponha de tal informação.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 662/2014

Projeto de Lei nº 662/2014

**Autor da Submenda: Comissão de Indústria e
Comércio**

PREFÁCIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tinha como objetivo dispor sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável, da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo deputado Evandro Junior.

Ocorre que, recebeu Submenda proposta pelo relator na Comissão de Indústria e Comércio. Por esta razão é que a referida Submenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

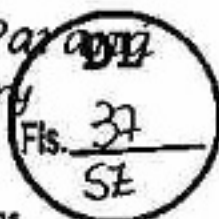
EMBASAMENTO JURÍDICO

O Regimento Interno desta Casa de leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- I - ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;
II - nas comissões, pelos respectivos relatores, a qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51 § 3º deste Regimento.

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do regimento interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Indústria e Comércio.

Ainda, o artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dispõe que às comissões permanentes compete apresentar subemendas:

Art. 29. a Assembléia, depois de eleita a Mesa organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Neste sentido dispõe art. 138 do regimento interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

Verifica-se, portanto, que está coerente com os ditames constitucionais e inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98, merecendo aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DE
Fls. 38
56

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela
APROVAÇÃO da presente Subemenda proposta pela Comissão de
Indústria e Comércio.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

unânime 11/09/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno



JUSTIFICATIVA

O Centro de Recuperação de Dependentes Químicos e Similares, denominado **Associação Recanto Parque Iguaçu** é uma associação filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidades precípuas: a recuperação de dependentes químicos e similares, através de grupos de apoio e de Internamentos em locais especializados onde receberão toda a assistência para sua recuperação e posterior reintegração na sociedade, prevenir e conscientizar a sociedade dos danos causados pelos tóxicos e álcool, através de encontros, palestras e outros, manter intercâmbios com entidades congêneres para trocas de experiências, explorar atividades econômicas, no sentido de obter recursos necessários ao desenvolvimento dos fins propostos, cujos resultados não poderão ser distribuídos entre os associados, direta ou indiretamente, com o propósito de manter a entidade autossuficiente.

Visando estas melhorias, a Associação Recanto Parque Iguaçu desenvolve atividades educativas, culturais e científicas, no sentido de prevenção ao consumo de drogas e afins, além de fazer parcerias com demais entidades que visem interesses comuns.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a Associação Recanto Parque Iguaçu, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, 20 de março de 2012.

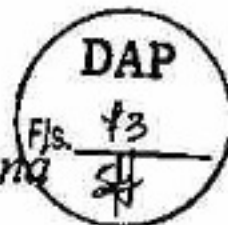
ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 108/2012

Projeto de Lei nº. 108/2012

Autor: Deputado Estadual André Bueno

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE DROGADOS E ALCOÓLATRAS RECANTO PARQUE IGUAÇU" PARA "ASSOCIAÇÃO RECANTO PARQUE IGUAÇU". REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei nº 13.682/2002.

O projeto pretende modificar a denominação da entidade "Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras Recanto Parque Iguaçu" para "Associação Recanto Parque Iguaçu".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis
(grifo nosso).

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar a seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Destarte, a presente Associação já é declarada de Utilidade Pública conforme a Lei nº 13.682/2002, vejamos:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoolátricos "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assim, o correto seria o presente projeto de lei visar apenas modificar a lei supramencionada, desta forma, objetivando sanar este vício propõe-se a seguinte emenda substitutiva geral, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Neste sentido, dispõe o art. 137, §2º do Regimento Interno desta Casa de Leis:


Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo geral quando abrange o seu conjunto.

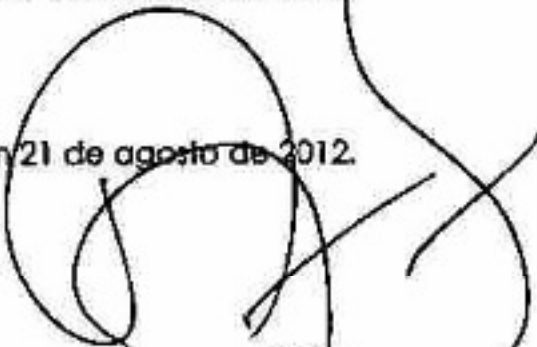


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DELIO GENARI
RELATOR




APROVADO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 108/2012

De acordo com o que determina os artigos 29, §1º, III e 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o Projeto de Lei nº 108/12 a contar com a seguinte redação:

SÚMULA: Altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública conforme Lei nº 13.682/2002.

Art. 1º. Fica alterada, nos termos da Lei, para "Associação Recanto Parque Iguaçu", a denominação da entidade constante no art. 1º da Lei nº 13.682/2002.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Comissões, em 21 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUEIO GENARI
REATOR

Praca Nossa Senhora da Salve 1/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APPROVADO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



895
NO EXPEDIENTE
VEICULO APOIAMENTO A D.L.

26 MAR 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

117/12

DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DE
INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET, AOS
PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS APREENDIDOS E
REMOVIDOS PARA OS PÁTIOS DE TODO O
ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - Todos os veículos automotores removidos e apreendidos no Estado do Paraná terão seu local de armazenamento informado ao DETRAN, no prazo de vinte e quatro horas a contar de sua remoção ou apreensão.

Parágrafo único - Caberá ao responsável pelo pátio de depósito de veículos, no prazo de duas horas, prestar as seguintes informações ao DETRAN:

I - data, horário e endereço do local da remoção ou apreensão do veículo, bem como informações sobre o local de seu depósito.

Art. 2º - As informações prestadas pelo pátio deverão ser publicadas imediatamente no site do DETRAN, até a liberação do veículo.

Art. 3º - O proprietário que tiver seu veículo removido ou apreendido pela fiscalização na véspera do final de semana ou feriado deverá ser cobrado apenas pela estadia dos dias úteis.

Art. 4º - o Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

1
DEPUTADO ESTADUAL
LICIANE BRUNO FILHO
Cesar Silvestre Filho



JUSTIFICATIVA

A presente Projeto de Lei visa Todos os veículos automotores removidos e apreendidos no Estado do Paraná terão seu local de armazenamento informado ao DETRAN, no prazo de vinte e quatro horas a contar de sua remoção ou apreensão.

Em decorrência da grande dificuldade enfrentada pelos proprietários que têm seus veículos automotores apreendidos ou removidos para os pátios em dia anterior a feriados ou finais de semana.

Sendo Assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



PARECER AO PROJETO DE LEI 117/2012

Projeto de Lei nº 117/12

Autor: Deputado Estadual Hermas Brandão Filho e Cesar Silvestri Filho.

Súmula: Dispõe sobre a disponibilização de informação através da Internet, aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios de todo o Estado do Paraná.

EMENTA: DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA INTERNET. PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS APREENDIDOS E REMOVIDOS PARA OS PÁTIOS DO ESTADO DO PARANÁ. SEM ÔNUS PARA O ERÁRIO PÚBLICO. PRECEITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Herma Brandão Filho e Cesar Silvestri Filho visa **dispor informações através da internet**, aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios de todo o Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ressalta-se, que a proposta em tela já está em andamento em diversos Estados, tais como: Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, inclusive, recentemente (08/06/2012) foi transformada em Lei (9774/2012 - doc. Anexado), reforçando assim, a competência deste Poder em legislar tal matéria.

Nesse sentido, vemos o que diz a Constituição Federal:

“Art. 5º -É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.”

Ou seja, estamos atendendo a um Princípio Constitucional, pois em nenhum momento a proposta fere à competência do Executivo, visto não disciplinar matéria de trânsito e sim, apenas informar o contribuinte.

No que tange a análise do Projeto em tela, verifica-se que a presente propositura se dá em decorrência da grande dificuldade enfrentada pelos condutores que tem seus veículos automotores apreendidos ou removidos para os pátios em dia anterior a feriados ou finais de semana, já que os mesmos ficam impossibilitados de retirá-los sendo-lhes gerada injusta cobrança de estadia.

É importante ressaltar que a publicação no site do Detran/PR sobre data e local onde o veículo foi apreendido ou removido, bem como endereço sobre a localidade onde o mesmo foi depositado é de suma importância para a ordem, ciência e agilidade na regularização da irregularidade pelo condutor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assim, caberá ao responsável pelo pátio de depósito de veículos, bem como às delegacias ou qualquer outra autoridade que efetuar a apreensão dos mesmos, prestar as seguintes informações ao Detran-PR: data, horário e endereço do local da remoção ou apreensão do veículo, bem como informações sobre o local de seu depósito; e as condições em que os veículos foram encontrados.

Em seguida, imediatamente, todos esses dados deverão ser publicados no site do Detran, até a liberação do veículo.

Certamente, tal proposta não trará ônus algum ao erário Público.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.**

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.**

Sala das Comissões, 12 de Junho de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

APROVADO

Unânime BOE






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/2012

Projeto de Lei nº 117/2012

Autores: Deputados Hermas Brandão JR. e Cesar Silvestri Filho

Súmula: Dispõe sobre a disponibilização de informação através da internet, aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios de todo o Estado do Paraná.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 117/12, de autoria dos Deputados Hermas Brandão Jr. e Cesar Silvestri Filho dispõe sobre a disponibilização de informação através da internet, aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios de todo o Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 117/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa repassar ao DETRAN no prazo de vinte e quatro horas a contar da sua remoção ou apreensão, informações sobre os veículos automotores removidos e apreendidos em todo o Estado do Paraná, bem como sanar uma grande dificuldade enfrentada pelos proprietários que têm seus veículos automotores apreendidos ou removidos para os pátios em dia anterior a feriados ou finais de semana, tendo que pagar diárias para a permanência do veículo. Este projeto em seu mérito estará suprimindo todas essas dificuldades.

Cumpré a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

III - CONCLUSÕES

A proposição visa beneficiar aqueles que têm seus carros apreendidos em véspera de feriado ou de final de semana, bem como trazer publicidade aos atos de apreensão ou remoção de veículos, facilitando de certa forma a agilidade dos usuários para regularização.

Este projeto destaca um benefício indiscutível a população, pela rapidez e facilidade ao acesso à informação necessária. Desta forma, o Projeto de Lei 117/2012 em análise desta Comissão, no que justifica-se, está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para seguir sua tramitação.

IV - VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposta não encontra óbice para sua tramitação.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 117/12 em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 21 de julho de 2012.


MARCELO RANGEL

Presidente da Comissão


Francisco Bührer

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Párcides de Hoffenberg Mello e Deputada Rosa Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/2012

Súmula: Dispõe sobre a disponibilização de informação através da internet, aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios de todo o Estado do Paraná.

Autores: Deputados Hernas Brandão Junior e Cesar Silvestri Filho.

Justificativa: Possibilitar o imediato acesso à informação pelo motorista do local em que se encontra o veículo apreendido.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Entende-se como suficiente e louvável a justificativa apresentada pelo parlamentar, tendo em vista a amparar a pessoa do proprietário de veículo automotor, enquanto consumidor.

Assim, diante da intenção em proteção ao consumidor, não havendo óbice legal e estando em consonância com a legislação consumerista, esta



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelson Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hoffenberg Malta e Deputada Rose Lira


DL


29
56

comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de 09 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Nereu Moura
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 AGO. 2012

Assunto
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

407/12

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor ARCHIMEDES DE MACEDO.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor ARCHIMEDES DE MACEDO.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2012.


DULIO GENARI
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA,

Trata-se de homenagear o pioneiro na implantação de sistemas de contabilidade pública do Paraná.

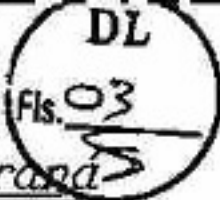
Nos anos 80 desenvolveu a partir da sua experiência adquirida na informática e na área municipal, um sistema de contabilidade que facilitasse o árduo trabalho manual vigente até então.

Levou a inovação da informática a todos os municípios que lhe solicitavam, tomando-se pioneiro na implantação de sistema de contabilidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Archimedes do Macedo, nasceu em 14 de abril de 1933, em Curitiba, primogênito de João Alves de Macedo Júnior e Zitta Cordeiro de Macedo. É casado há 54 anos com Irene de Macedo, cujo casal tem duas filhas, Elizabeth e Adriana, que lhes deram quatro netos Marco Aurélio, Mariana, Daniel e Paula.

Concluiu o ensino médio na primeira turma formada no Colégio Estadual do Paraná.

Nos anos 60, formou-se Bacharel em Economia pela Universidade Federal do Paraná.

Trabalhou em secretarias de Estado e participou da fundação do CELEPAR, onde fez parte da primeira equipe de programadores e analistas de sistemas, movimento pioneiro da informática no Paraná.

Archimedes de Macedo possui uma personalidade desbravadora e desta forma destacou-se nas várias atividades que escolheu para dedicar-se durante sua vida. Com espírito inovador, revolucionário, idealista, incansável, contribuiu significativamente para o desenvolvimento das instituições e das pessoas com as quais trabalhou, que sempre puderam contar com sua paciência, dedicação e generosidade na transmissão de todo seu conhecimento.

Fundador da empresa EQUIPLANO, juntamente com ARNOLDO BOHACZUK, com sede em Curitiba, dedicou-se intensamente a assessoria às prefeituras do Paraná, orientando e apoiando por mais de 3 décadas, prefeitos e contadores no exercício de suas funções.

A empresa segue sua missão de: "Proporcionar à Administração Pública Municipal apoio à gestão por meio de software, suporte, assessoria e consultoria para viabilizar a comunidade acesso a informação, controle e qualidade de vida".

Atende aproximadamente 1/3 dos municípios paranaenses. Destacando-se prefeitura, câmara e autarquias municipais, usuários dos sistemas Equiplano em praticamente todos os setores da administração municipal (contábil, recursos humanos, tributários, etc...).

Atualmente Archimedes, sempre residindo em Curitiba, está aposentado e dedica-se a seus interesses pessoais, seus livros, a informática, a família, à amigos e na área da filantropia e obras sociais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 407/2012

Projeto de Lei nº 407/2012
Autor: Deputado Duílio Genari

Síntese: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ AO SENHOR ARCHIMEDES DE MACEDO.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao **SENHOR ARCHIMEDES DE MACEDO**.

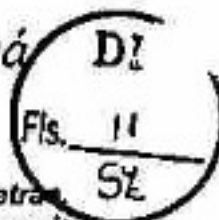
FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

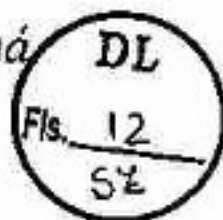
Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei, tendo sido anexado ao presente projeto de lei todos os requisitos exigidos na legislação pertinente, inclusive certidões negativas e criminais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em ~~de~~ AGOSTO de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO

11/08/2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri

Gabinete Deputado Evandro Junior



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

PROJETO DE LEI Nº

424/12

Em, 10 SET, 2012

1º Secretário

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **SOCIEDADE RURAL DE SARANDI**, com sede e foro na Cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2012.

Evandro Junior
Deputado Estadual



Justificativa:

O referido projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Rural de Sarandi, localizado na cidade Sarandi-Pr. Ressalta-se a importância desta sociedade por ser de fins não lucrativos, tendo por finalidade a melhoria e a difusão dos conhecimentos teóricos e práticos da administração rural, através do intercâmbio de idéias e informações.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes Públicos, o que facilitará a execução de seus objetivos, sendo assim, pede o apoio dos nobres parlamentares desta Casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 474/2012

Projeto de Lei nº. 474/2012

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a "**SOCIEDADE RURAL DE SARANDI**", com sede e foro no Município de Sarandi.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA CORRETIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **SOCIEDADE RURAL DE SARANDI**, com sede e foro no Município de Sarandi, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa e educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, com o objetivo de acrescentar Súmula ao presente Projeto de Lei, propõe-se a seguinte emenda corretiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §7º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



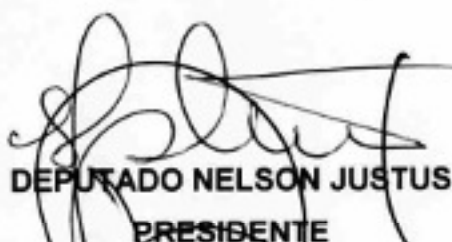
III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

Finalmente, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Lei em apreço encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela **LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98.**

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA CORRETIVA** em anexo.

Sala da Comissões, 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

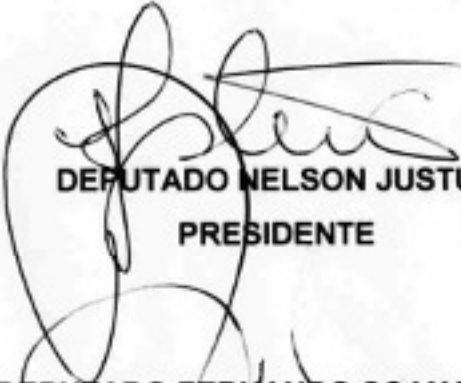



EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 474/12

A presente Emenda tem por objeto acrescentar Súmula ao Projeto de Lei nº 474/12, sem alterar-lhe, no entanto, o mérito, conforme redação que segue:

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **"SOCIEDADE RURAL DE SARANDI"**, com sede e foro no Município de Sarandi.

Sala da Comissões, 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

PROJETO DE LEI 513/12

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, observadas as alterações da Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. O *caput* do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

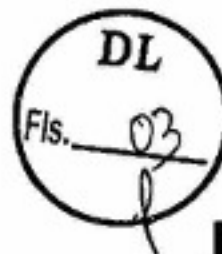
Art. 20. A Carreira Técnica Universitária é composta de 3 (três) cargos, denominados Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, cada qual composto por funções singulares ou multiocupacionais agregadas, estruturados em 3 (três) classes crescentes que determinam a linha de desenvolvimento profissional de cada cargo, de acordo com a exigência de escolaridade para cada cargo e função, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º. O § 5º do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade e complexidade ocupacional com escalonamento crescente de acordo com as exigências de tarefas e atividades das funções do cargo.

Art. 3º. O § 6º do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

§ 6º Desenvolvimento profissional do cargo e função é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, por intermédio dos institutos de desenvolvimento denominados progressão e promoção, respectivamente.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 4º. Fica suprimido o § 7º do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

Art. 5º. O art. 21 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 21. A quantidade de vagas é fixada por Universidades e Hospitais Universitários, na forma do Anexo II desta lei e sendo alteradas somente por lei.

§ 1º As classes serão de referências de vencimento contínuas, tendo a classe imediatamente superior, valores superiores e crescentes em relação à classe imediatamente inferior, com intervalo de 3,5% e sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada classe de 5% para cada cargo.

§ 2º O rol das funções componentes do cargo, com os requisitos de ingresso em cada classe, são as dispostas na forma do Anexo III (A-B-C) desta lei.

§ 3º A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de 40 (quarenta) horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo V desta lei.

§ 4º A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente e aplicável aos servidores públicos do Estado.

§ 5º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -SETI.

Art. 6º. O art. 22 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

***Art. 22.** O provimento nos cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional se dará na classe III e atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de vaga no cargo;
- II. Aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;
- III. Inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

- IV. Registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e
- V. outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único: A comprovação do preenchimento dos requisitos I a V do caput deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

Art. 7º. Os §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passam a ter a seguinte redação:

§ 4º Considerado estável, o servidor terá automaticamente progressão para a segunda referência da classe em que ingressou.

§ 5º Não será permitida a promoção para o servidor em estágio probatório e antes de decorridos 7 (sete) anos de efetivo exercício na classe de ingresso.

Art. 8º. O art. 25 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 25. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão e promoção.

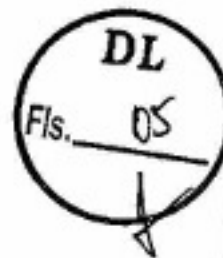
Art. 9º. O art. 26 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 26. A progressão se dará na classe, ao servidor estável, por antiguidade, titulação e avaliação de desempenho.

§ 1º Progressão é a passagem do servidor, de uma referência salarial para outra, dentro da mesma classe, limitada à última referência salarial da classe.

§ 2º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

§ 3º Será computado o tempo de estágio probatório para este fim.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 4º Não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo.

§ 5º Não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder, para efeitos deste parágrafo.

§ 6º A progressão por titulação será de até 2 (duas) referências salariais, a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício na classe, aplicada sempre quando o servidor apresentar os títulos, via requerimento e obedecendo:

I - Para o cargo de Agente Universitário Operacional, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada 20 (vinte) horas;

II - Para o cargo de Agente Universitário de Nível Médio, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas;

III - Para o cargo de Agente Universitário de Nível Superior, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas;

IV - Será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo/função, que poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título;

V - Não poderá ser considerado título o curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e função;

VI - Os certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, não podendo ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira;

VII - progressão a esse título será vinculada ao plano de capacitação instituído pelas Instituições de Ensino voltado ao corpo técnico universitário e de acordo com a função ocupacional exercida, ficando vedada a utilização de titulação externa ao plano de capacitação;

VIII - Os títulos apresentados na progressão por titulação restarão sem eficácia administrativa para os institutos de desenvolvimento na carreira, a qualquer título;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IX - As titulações utilizadas para o instituto de desenvolvimento na carreira de progressão observarão as exclusivamente obtidas no interstício entre uma progressão e outra, não se admitindo quaisquer titulações anteriores, sendo que a carga horária total das titulações deverão ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento) na modalidade presencial;

X - As progressões serão previstas na Lei Orçamentária Anual.

§ 7º A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada 3 (três) anos, não coincidente com a progressão por Antiquidade.

§ 8º A avaliação de desempenho será anual e sua concessão será de acordo com a média satisfatória das três últimas avaliações.

§ 9º Havendo coincidência, prevalecerá a progressão por Antiquidade.

Art. 10. O art. 27, da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passam a ter a seguinte redação:

Art. 27. A promoção ocorrerá entre as classes de um mesmo cargo, de maneira alternada entre uma e outra modalidade, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos.

§ 1º As modalidades da promoção são a de por titulação, também denominado mérito ou por tempo, também denominada antiguidade e obedecendo:

- I. O efetivo exercício de no mínimo, 7 (sete) anos na carreira e interstício mínimo de 4 (quatro) anos na classe;
- II. A promoção ocorrerá na referência salarial imediatamente superior, na classe de destino subsequente, superior à classe de origem, onde se iniciará novo interstício para a promoção;
- III. Os títulos de escolaridade superior deverão ser afetos à área de atuação ou formação do servidor.

§ 2º Os títulos de escolaridade utilizados na modalidade de promoção por titulação deverão ser utilizados uma única vez e restarão sem eficácia administrativa para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 3º - Para promoção, independentemente da modalidade, os requisitos de escolaridade e tempo estabelecidos para a classe devem ser respeitados na forma do anexo IV da presente lei.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 4º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira, denominada mérito, para o cargo de agente universitário de nível superior:

I – Para a Classe I: curso de pós-graduação stricto sensu ou 10 (dez) anos na Classe II mais outro curso de especialização;

II – Para a Classe II: curso de especialização e efetivo exercício de no mínimo, 7 (sete) anos na carreira e interstício mínimo de 4 (quatro) anos na classe.

§ 5º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira para o cargo de agente universitário de nível médio:

I – Para a Classe I: curso sequencial, tecnólogo ou curso superior completo;

II – Para a Classe II: curso profissionalizante, pós-médio completo, curso superior incompleto cursando o 3º ano ou tempo de no mínimo 7 (sete) anos na carreira e interstício de 4 anos na classe.

§ 6º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira para o cargo de agente universitário de nível operacional:

I – Para a Classe I: ensino médio incompleto cursando o 2º ano;

II – Para a Classe II: somente tempo de 7 (sete) anos na carreira e interstício de 4 anos na classe.

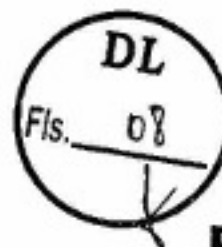
§ 7º A promoção será prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 11. O art. 28 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passam a ter a seguinte redação:

Art. 28. A mudança de função fica condicionada a necessidade de readaptação ocupacional por determinação médica e será precedida de avaliação, observado o Perfil Profissiográfico.

Art. 12. O art. 29 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, passa a ter a seguinte redação:

Art 29 – A estrutura remuneratória da Carreira Técnica Universitária será composta de:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

I. Vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo V desta lei;

II. Adicional por Tempo de Serviço – ATS;

III. Salário - Família; e

IV. Vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.

§ 1º Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento básico, ao servidor ocupante do cargo Agente Universitário de Nível superior que estiver na classe I e que possua título de Doutor, desde que tal título seja compatível com a área de formação ou de atuação do servidor e não tenha sido utilizado para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 2º Será concedida Gratificação de Atividade de Saúde – GAS, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta lei, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre e com risco de vida da atividade de saúde, cumulativamente incompatível com o recebimento de gratificação de insalubridade e periculosidade.

§ 3º Para efeito do parágrafo anterior, as unidades, não relacionadas no Anexo V desta lei, deverão passar pela análise de Comissão de Avaliação instituída para este fim e convalidada pelo órgão de Perícia Oficial do Estado.

§ 4º Será concedida Gratificação de Segurança Patrimonial – GSP, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta lei, de natureza transitória, ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

§ 5º Será concedida Gratificação de Atividade Artística - GAA, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza transitória, relativa a aquisição e manutenção de Instrumentos e de Vestuário, exclusiva para as funções de Instrumentista Musical e Músico, que atuem em Orquestra Sinfônica das Instituições de Ensino Superior.

§ 6º A vantagem referida no parágrafo anterior servirá de base de cálculo de outras vantagens e exclui a criação ou concessão de quaisquer outras vantagens sob o mesmo título ou fundamento.

§ 7º Sobre o valor da vantagem aludida no § 5º será imposto descontos sobre faltas.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 8º A instauração de processo administrativo disciplinar suspende o pagamento da vantagem de que trata este artigo, a partir do indiciamento do servidor público até a conclusão final e decisão do procedimento.

§ 9º A assiduidade e a pontualidade dos funcionários da Orquestra, no exercício das funções de músico, constituem requisitos para o recebimento da vantagem aludida neste parágrafo, cujo valor se sujeita à redução, em desfavor do funcionário beneficiário, na base de:

- a) 20% (vinte por cento) por falta verificada no ensaio ou outra atividade correspondente;
- b) 40% (quarenta por cento) por falta que caracterize reincidência em ensaio ou atividade preparatória da apresentação pública do mesmo espetáculo artístico, musical ou bailado programado; e
- c) 50% (cinquenta por cento) em caso de falta verificada na apresentação pública do espetáculo artístico programado.

§ 10 As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada a concessão de qualquer outra não prevista nesta lei.

§ 11 As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

§ 12 Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente.

Art. 13. A Tabela de Vencimento prevista no inciso I do art. 29 da Lei 15.050, de 15 de abril de 2006 passará a vigorar de acordo com o Anexo V desta lei, preservada a situação funcional de cada servidor.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 14. O disposto no § 5º do artigo 23 da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006, não se aplica aos servidores que se encontram em estágio probatório na data de publicação desta lei.

Art. 15. Os servidores que na data de publicação desta lei estiverem recebendo cumulativamente a Gratificação de Atividade de Saúde e a

Gratificação de Periculosidade deverão optar pelo recebimento de apenas uma delas, através de declaração expressa, em termo de opção próprio.

Parágrafo único. A opção será feita uma única vez, sendo vedada a posterior alteração, ressalvada a hipótese de alteração de local de trabalho por interesse da Instituição.

Art. 16. O enquadramento dos servidores do Cargo de Agente Universitário que tiveram promoções realizadas até 08 de julho de 2011 com fulcro nos dispositivos declarados inconstitucionais pelo acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional deverá ser realizado respeitando-se essas promoções, conforme consta o Anexo VI desta Lei:

I – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção;

II – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção;

III – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe III deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário Operacional, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção.

Parágrafo único. Esse enquadramento só é aplicável aos servidores que tiverem sido promovidos com fulcro e na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais até a data de 08 de julho de 2011, em que foi publicado o acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, veiculado no Diário Eletrônico do TJ/PR nº 668, de 07 de julho de 2011, conforme consta no caput deste artigo.

Art. 17. O enquadramento dos servidores que não tiverem sido promovidos com fulcro nos dispositivos julgados inconstitucionais na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deverá ser realizado com base na escolaridade do servidor na ocasião do concurso prestado para ingresso na Carreira Técnica Universitária, conforme consta o Anexo VI desta Lei:

I – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de graduação que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe (I, II ou III) correspondente à série de classe que ocupavam na data da publicação desta lei (A, B ou C);

II – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino médio completo que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe (I, II ou III) correspondente à série de classe que ocupavam na data da publicação desta lei (A, B ou C);

III – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino fundamental que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe III deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário Operacional, na classe (I, II ou III) correspondente à série de classe que ocupavam na data da publicação desta lei (A, B ou C).

Art. 18. O enquadramento dos servidores do Cargo de Agente Universitário que tiveram promoções realizadas até 08 de julho de 2011 com fulcro nos dispositivos declarados inconstitucionais pelo acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional deverá ser realizado respeitando-se essas promoções:

I – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção;

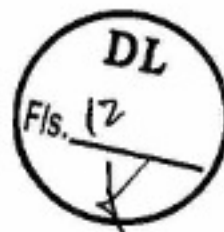
II – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção;

III – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe III deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário Operacional, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção.

Parágrafo único. Esse enquadramento só é aplicável aos servidores que tiverem sido promovidos com fulcro e na vigência dos dispositivos

ANEXO I DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

CARGO	CLASSE	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	
	II	ESPECIALIZAÇÃO
	III	GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	
	II	PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III	MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	
	II	
	III	FUNDAMENTAL COMPLETO



O

O

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES (TOTAL)

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	1.335	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	2.834	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	2.763	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		6.932	

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (TOTAL)

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	965	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	1.893	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	935	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		3.793	

DL
Fls. 13
✓

Q

Q

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UEL

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	482	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	1.063	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	775	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		2.320	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UEL

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	462	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	1.152	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	562	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		2.176	

DL
F/s. 14
11

Q

Q

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UEM

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	435	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	711	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	914	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		2.060	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UEM

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	386	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	384	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	218	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		988	

DL
Fls. 15

O

O

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UNIOESTE

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	105	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	283	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	331	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		719	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UNIOESTE

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	117	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	357	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	155	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		629	



ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UEPG

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	140	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	390	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	459	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		989	

DEMAIS UNIDADES - UENP

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	28	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	120	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	96	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		244	

DL
Fls. 12

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UNICENTRO

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	96	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	130	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	108	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		334	

DEMAIS UNIDADES - UNESPAR TOTAL

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	49	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	137	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	80	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		266	

Obs.: A quantidade total de agentes para a UNESPAR, considerou a reserva técnica prevista pela Resolução 16/2007-SETI, publicada no diário oficial nº 7426 de 09 de março de 2007, sendo 2 para o cargo de nível superior, 01 para o nível médio e 01 para fundamental.



ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

UNESPAR - EMBAP

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	13	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	9	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		28	

UNESPAR - FAP

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	7	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	19	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	9	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		35	

O

O

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

UNESPAR - FAFIPAR

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	24	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	7	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		37	

UNESPAR - FAFI-UV

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	13	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	7	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		26	



O

O

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

UNESPAR - FAIPA

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	8	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	19	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	13	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		40	

UNESPAR - FECEA

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	19	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	13	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		38	

DL
Fis. 21
K

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

UNESPAR - FECILCAM

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	8	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	29	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	21	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		58	

DL
Fls. 22

ANEXO III - "A" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR



FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
ADMINISTRADOR	III	GRADUAÇÃO
ADVOGADO	III	GRADUAÇÃO
ANALISTA DE INFORMÁTICA	III	GRADUAÇÃO
ARQUITETO	III	GRADUAÇÃO
ARQUIVOLOGISTA	III	GRADUAÇÃO
ASSISTENTE SOCIAL	III	GRADUAÇÃO
BIBLIOTECÁRIO	III	GRADUAÇÃO
BIÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
BIOQUÍMICO	III	GRADUAÇÃO
CAPELÃO	III	GRADUAÇÃO
CIRURGIÃO DENTISTA	III	GRADUAÇÃO
COMUNICADOR SOCIAL	III	GRADUAÇÃO
CONTADOR	III	GRADUAÇÃO
ECONOMISTA	III	GRADUAÇÃO
ECONOMISTA DOMÉSTICO	III	GRADUAÇÃO
ENFERMEIRO	III	GRADUAÇÃO
ENFERMEIRO DO TRABALHO	II	ESPECIALIZAÇÃO
ENGENHEIRO AGRÍCOLA	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO CIVIL	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE PESCA	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	II	ESPECIALIZAÇÃO
ENGENHEIRO ELETRICISTA	III	GRADUAÇÃO
FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO

ANEXO III - "A" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR



ENGENHEIRO FLORESTAL	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO MECÂNICO	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO QUÍMICO	III	GRADUAÇÃO
ESTATÍSTICO	III	GRADUAÇÃO
FARMACÊUTICO	III	GRADUAÇÃO
FÍSICO	III	GRADUAÇÃO
FISIOTERAPEUTA	III	GRADUAÇÃO
FONOAUDIÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
GEÓGRAFO	III	GRADUAÇÃO
INSTRUTOR DE IDIOMAS	III	GRADUAÇÃO
INSTRUTOR DE PRÁTICA DESPORTIVA	III	GRADUAÇÃO
MÉDICO	II	ESPECIALIZAÇÃO
MÉDICO DO TRABALHO	II	ESPECIALIZAÇÃO
MÉDICO VETERINÁRIO	III	GRADUAÇÃO
MUSEÓLOGO	II	ESPECIALIZAÇÃO
MÚSICO	III	GRADUAÇÃO
MUSICOTERAPEUTA	III	GRADUAÇÃO
NUTRICIONISTA	III	GRADUAÇÃO
PEDAGOGO	III	GRADUAÇÃO
PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE	III	GRADUAÇÃO
PROGRAMADOR VISUAL	III	GRADUAÇÃO
PSICÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
QUÍMICO	III	GRADUAÇÃO
SECRETÁRIO EXECUTIVO	III	GRADUAÇÃO
SOCIÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
ZOOTECNISTA	III	GRADUAÇÃO

ANEXO III - "A" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR



FUNÇÃO MULTIOcupACIONAL	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
TÉCNICO EM ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS	EXTINTA AO VAGAR	

ANEXO III - "B" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO



FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	-	EXTINTA AO VAGAR
COZINHEIRO	III	MÉDIO COMPLETO
DESENHISTA PROJETISTA	-	EXTINTA AO VAGAR
EDUCADOR INFANTIL	-	EXTINTA AO VAGAR
FUNILEIRO	-	EXTINTA AO VAGAR
HIALOTÉCNICO	III	MÉDIO COMPLETO
INSTRUMENTISTA MUSICAL	III	MÉDIO COMPLETO
INSTRUTOR DE ARTES	-	EXTINTA AO VAGAR
INSTRUTOR PRÁTICO NATIVO	-	EXTINTA AO VAGAR
MESTRE DE OBRAS	II	MÉDIO COMPLETO / PÓS MÉDIO
MOTORISTA	II	MÉDIO COMPLETO MAIS CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "D"
RECREACIONISTA	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ANATOMIA E NECRÓPSIA	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM BIBLIOTECA	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA	-	EXTINTA AO VAGAR
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ESTÚDIO E MULTIMÍDIA	III	MÉDIO COMPLETO
FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO

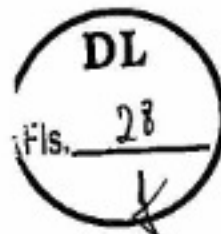
ANEXO III - "B" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO



TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM MANEJO E MEIO AMBIENTE	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM MONTAGEM DE EVENTOS	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM MUSEOLOGIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM PRODUÇÃO INDUSTRIAL	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM PROJETO VISUAL E EDITORAÇÃO	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO GRÁFICO	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO MECÂNICO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TOPÓGRAFO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TORNEIRO MECÂNICO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO

FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	III	MÉDIO COMPLETO

ANEXO III - "C" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL



FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
AGENTE DE SEGURANÇA INTERNA	III	FUNDAMENTAL COMPLETO MAIS CURSO NA ÁREA
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	-	EXTINTA AO VAGAR
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	-	EXTINTA AO VAGAR
MARINHEIRO FLUVIAL DE CONVÊS	III	FUNDAMENTAL COMPLETO MAIS CURSO NA ÁREA
MARINHEIRO FLUVIAL DE MÁQUINAS	III	FUNDAMENTAL COMPLETO MAIS CURSO NA ÁREA
TELEFONISTA	III	FUNDAMENTAL COMPLETO

FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	-	EXTINTA AO VAGAR
AUXILIAR OPERACIONAL	III	FUNDAMENTAL COMPLETO
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	III	FUNDAMENTAL COMPLETO

ANEXO IV DA LEI Nº
REQUISITOS DE ESCOLARIDADE PARA PROMOÇÃO DA CARREIRA TÉCNICA
UNIVERSITÁRIA

DL
29
Fls. 29
↓

CARGO	CLASSE	REQUISITOS DE PROMOÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU OU 10 (DEZ) ANOS NA CLASSE "II" MAIS OUTRO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
	II	ESPECIALIZAÇÃO E APÓS O TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE III
	III	

AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	SEQUENCIAL, TECNÓLOGO OU SUPERIOR COMPLETO E APÓS O TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE II
	II	PROFISSIONALIZANTE/PÓS MÉDIO COMPLETO/SUPERIOR INCOMPLETO CURSANDO O 3º ANO OU TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO DE MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE III
	III	

AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, CURSANDO 2º ANO E APÓS O TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE II
	II	SOMENTE TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE III
	III	

O

O

ANEXO V DA LEI Nº
TABELA DE VENCIMENTO E GRATIFICAÇÕES DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

CARGO	CLASSES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	5.731,19	6.017,75	6.228,37	6.446,36	6.671,98	6.905,50	7.147,20	7.397,35	7.656,25	7.924,22	8.201,57	8.488,63
	II	3.793,60	3.983,28	4.122,70	4.266,99	4.416,33	4.570,91	4.730,89	4.896,47	5.067,85	5.245,22	5.428,80	5.618,81
	III	2.511,07	2.636,62	2.726,90	2.824,42	2.923,27	3.025,58	3.131,48	3.241,08	3.354,52	3.471,93	3.593,45	3.719,22

AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	2.535,38	2.662,15	2.755,32	2.851,76	2.951,57	3.054,88	3.161,80	3.272,46	3.387,00	3.505,54	3.628,24	3.755,22
	II	1.645,95	1.728,25	1.788,74	1.851,34	1.916,14	1.983,21	2.052,62	2.124,46	2.198,81	2.275,77	2.355,43	2.437,87
	III	1.068,54	1.121,97	1.161,24	1.201,88	1.243,94	1.287,48	1.332,54	1.379,16	1.427,46	1.477,42	1.529,13	1.592,65

AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	1.847,58	1.839,96	2.007,85	2.078,13	2.150,86	2.226,15	2.304,06	2.384,70	2.468,17	2.554,55	2.643,96	2.736,50
	II	1.222,95	1.284,10	1.329,04	1.375,58	1.423,71	1.473,54	1.525,11	1.578,49	1.633,73	1.690,92	1.750,10	1.811,35
	III	809,50	849,98	879,72	910,51	942,38	975,37	1.009,50	1.044,84	1.081,41	1.119,25	1.158,43	1.198,97

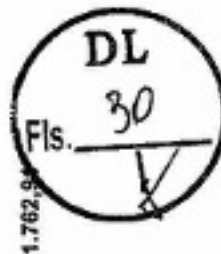
GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO DE 15% SOBRE O VENCIMENTO DO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR QUE POSSUA DOUTORADO (DESDE QUE NÃO TENHA UTILIZADO O TÍTULO PARA PROMOÇÃO)

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SAÚDE - GAS: PARA SERVIDORES QUE PRESTAM SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAIS (SEM INCIDÊNCIA DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE):

VALOR: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO 944,38
DEMAIS UNIDADES 674,55

GRATIFICAÇÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL - GSP: FUNÇÃO AGENTE DE SEGURANÇA INTERNA DO CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL 300,00

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ARTÍSTICA - GAA: INSTRUMENTISTAS MUSICAIS E MÚSICOS INTEGRANTES DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE LONDRIANA - OSSUEL 1.762,94



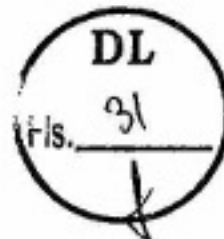
ANEXO VI DA LEI Nº
ENQUADRAMENTO

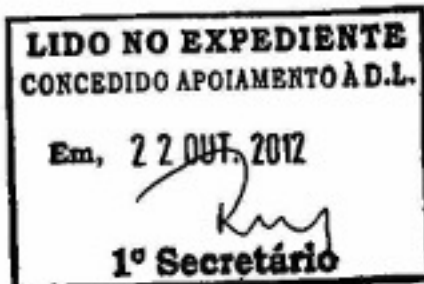
ARTIGO 17. ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES QUE TIVERAM PROMOÇÕES REALIZADAS ATÉ 08 DE JULHO DE 2011 COM FULCRO NOS DISPOSITIVOS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS PELO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ADI Nº 688.568-8.

DE	SÉRIE DE CLASSES	PARA	CLASSE CORRESPONDENTE À ESCOLARIDADE NA DATA DA PROMOÇÃO		
			I	II	III
AGENTE UNIVERSITÁRIO	B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	CLASSE	STRICTO SENSU OU 10 (DEZ) ANOS NA SÉRIE DE CLASSE "B" MAIS OUTRO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	
				ESPECIALIZAÇÃO	
				GRADUAÇÃO	
	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	CLASSE	SEQÜENCIAL, TECNÓLOGO OU SUPERIOR INCOMPLETO CURSANDO 3º ANO	
				PROFISSIONALIZANTE/POÓS MÉDIO COMPLETO OU TEMPO	
				ENSINO MÉDIO COMPLETO	
	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	CLASSE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, CURSANDO 2º ANO	
				SONENTE TEMPO	

ARTIGO 18. ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES QUE NÃO TIVERAM PROMOÇÃO COM FULCRO NOS DISPOSITIVOS JULGADOS INCONSTITUCIONAIS NA ADI Nº 688.568-8.

DE	SÉRIE DE CLASSES	PARA	CLASSE		
			I	II	III
INGRESSO COMO AGENTE UNIVERSITÁRIO CLASSE I	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	CLASSE		
INGRESSO COMO AGENTE UNIVERSITÁRIO CLASSE II	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	CLASSE		
INGRESSO COMO AGENTE UNIVERSITÁRIO CLASSE III	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	CLASSE		





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 065 /2012.

Curitiba, 19 de outubro de 2012.

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em 22/10/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

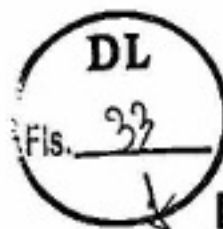
Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, observadas as alterações da Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

A Lei Estadual nº 15.050/2006 alterou uma série de dispositivos da Lei Estadual nº 11.713/97 que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico-Administrativo das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná. A Lei Estadual nº 11.713/97 dispõe em seu Capítulo I sobre a Carreira do Magistério e no Capítulo II sobre a Carreira do Pessoal Técnico Administrativo, o qual foi alterado pela Lei Estadual nº 15.050/2006, que passou a denominá-la "CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA".

Tal carreira contempla um cargo único, denominado de Agente Universitário, estruturado em 3 classes (I, II e III), sendo que cada classe contém um grupo de séries (A, B e C). A lei continha as possibilidades de progressões e promoções, seja entre as classes, seja dentro da própria classe.

Em face dessa estrutura única e sob o argumento de que tal carreira e sua estrutura de avanço e transposição de funções representam afronta direta ao art. 37, II da Constituição Federal e ao art. 27, II da Constituição Estadual (ingresso em cargo público apenas através de concurso público) o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI, protocolada sob o nº. 698568-8 no Tribunal de Justiça do Estado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.228.038-3



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

A referida ADI foi julgada **PROCEDENTE** em data de 03 de junho de 2011, por unanimidade de votos e por maioria de votos (vencido o Relator) e foi atribuído efeito *ex nunc* à declaração de inconstitucionalidade – a partir da publicação do Acórdão (considerado publicado em 08/07/2011, tendo em vista sua veiculação no Diário Eletrônico do TJPR nº 668, de 07/07/2011).

Os dispositivos declarados inconstitucionais foram os seguintes:

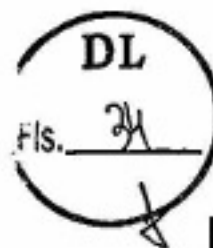
- art. 22, § 2º da Lei nº 15.050/2006 – dispositivo que trata de abertura de concurso público apenas após processo seletivo de promoção previsto no art. 27, § 2º;
- art. 23, § 5º da Lei nº 15.050/2006 – dispositivo que trata da possibilidade de promoção, notadamente a interclasse;
- art. 27, caput da Lei nº 15.050/2006 – dispositivo que enuncia as espécies de promoção na carreira: promoção intraclasses e interclasses;
- art. 27, § 2º e seus incisos da Lei nº 15.050/2006 – disposições que tratam dos critérios para promoção interclasses;
- art. 27, §§ 4º e 5º da Lei nº 15.050/2006 - disposições que tratam da promoção interclasses;
- art. 28 e seus incisos da Lei nº 15.050/2006 – disposições que tratam da mudança de função;
- art. 26 da Lei nº 11.713/1997 em sua redação originária – disposição que tratava da possibilidade de mudança de função.

Embora alguns dispositivos da Lei nº 15.050/06 tenham sido declarados inconstitucionais - e especificamente um dispositivo da lei anterior, para se evitar efeito repristinatório (art. 26 da Lei nº. 11.713/97) - o cargo em si se manteve, com as limitações para desenvolvimento na carreira em decorrência da procedência da ADI nº. 698.568-8. A partir deste julgamento, não há mais possibilidade de ocorrerem promoções interclasses e promoções intraclasses que acarretem mudança de função.

Embora a questão referente ao "cargo único" não tenha sido objeto da decisão em si (porque não foi objeto do pedido na inicial da ADI), transcreve-se a seguir trechos da decisão da ADI 698.568-8 em que se evidencia o completo repúdio à sistemática de cargo único, a saber:

"...

b) A existência de Lei Ordinária (Lei 15.050/06) unificando Cargo e Carreira, ainda que para viabilizar suposta "promoção", não tem o condão de transformar em correlatas, ou afins, funções totalmente disparees (agente de segurança, cozinheiro, dentista, bioquímico e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

advogado, por exemplo), todas inseridas no rol de atribuições do "cargo único" de Agente Universitário.

...
A possibilidade de ingresso direto numa "função" (cargo) intermediária ou superior da Carreira, sem a necessidade de passar pela classe inicial, evidencia a real inexistência dela, mas apenas de "funções" (cargos) isoladas, porque ainda não organizadas, validamente, em hierarquia.

...
Ainda que se considere o cargo de Agente Universitário como gênero, e as respectivas classes (I, II e III) como espécies dele, escalonadas em ordem de complexidade e responsabilidade, mesmo assim falta-lhes um traço comum, uma similitude de funções ou de atividades, uma correlação que permita concluir pela existência de ascensão hierárquica entre elas. Ou seja, trata-se de classes desvinculadas entre si, cujas funções que agregam parecem ser igualmente díspares e independentes.

...
Fácil de ver que, em essência, de carreira não se trata, tampouco de cargo único, como quis a ficção legal. Nem mesmo se considerarmos funções de áreas afins (atendente de enfermagem, técnico de enfermagem e enfermeiro, por exemplo), é possível vislumbrar a existência de sucessão de cargos que autorize a promoção de uma destas funções para outra, porque, de fato, estar-se-ia diante de verdadeira "transposição de cargo".

...
A certeza de que não se está diante de cargo de carreira, e que nem esta pode ser considerada única, também advém da constatação de que é possível o ingresso originário em qualquer uma das três classes, o que refoge à lógica dos cargos de carreira, lembrando o que foi transcrito acima que "Se há uma série auxiliar de classes e outra principal, sempre que exista a possibilidade de ingresso direto no principal não se pode considerar que se configure uma só carreira."

...
Evidente que, na realidade dos fatos, não se está diante de uma "carreira", tampouco de cargo único apenas com funções diferentes. Porém a partir de tal ficção, pretende a lei estadual ora impugnada que se possibilite a "promoção interclasses", ou seja, no primeiro exemplo acima, havendo vaga de Advogado, o Tomeiro Mecânico



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
GABINETE DO Governador

que já seja Agente Universitário em exercício, nessa função há pelo menos sete anos, e que porventura tenha graduação em Direito, poderá participar do Processo Seletivo de Promoção – PSP, por meio do qual disputará a vaga somente com outros Agentes Universitários que também preencham os mesmos requisitos que ele e, sendo aprovado, será 'promovido' para a função de Advogado."

O Anteprojeto de Lei ora proposto busca corrigir uma situação jurídica que vem causando uma série de entraves e prejuízos ao bom andamento da Administração Pública e aos servidores públicos da carreira em questão que, no momento, tem limitada a sua possibilidade de desenvolvimento na carreira em decorrência do julgamento acima mencionado.

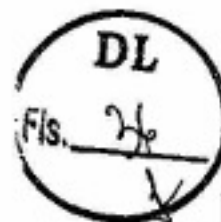
Basicamente, as alterações propostas visam adequar a lei após a declaração de inconstitucionalidade, mudando a composição de cargos da carreira, que passa a ter 3 (três) cargos distintos, ao invés do cargo único antes previsto.

A alteração proposta no artigo 20 traz justamente essa adequação, criando os cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, cada qual composto por 3 (três) classes, conforme o Anexo I da minuta proposta.

No artigo 20 é proposta alterações na redação do § 5º, ao qual foi acrescentado o trecho em negrito: **"Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade e complexidade ocupacional com escalonamento crescente de acordo com as exigências de tarefas e atividades das funções do cargo."**

No § 6º do referido artigo 20 é proposta alteração suprimindo o conceito de série de classes e dispondo que o desenvolvimento profissional se dará por meio dos institutos da progressão e da promoção, excluindo as promoções interclasses julgadas inconstitucionais (também com a revogação do § 7º do citado artigo).

A alteração posposta ao art. 21 vem substituir o texto do § 6º da Lei nº 15.050/2006, dispondo que **"a quantidade de vagas é fixada por Universidades e Hospitais Universitários, na forma do Anexo II lei e sendo alteradas somente por lei."** Nesse ponto é importante observar que o Anexo II do Anteprojeto de Lei, que vem substituir o Anexo I da Lei nº 15.050/2006 que define a estrutura e quantidade de vagas da Carreira Técnica Universitária, apesar de não modificar os números totais de vagas, aumenta em alguns casos o número de vagas do cargo de Agente Universitário de Nível Superior,



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

diminuindo vagas dos Cargos de Agente Universitário de Nível Médio ou Operacional.

Com relação ao artigo 22 é proposta alteração para adaptar-se à nova sistemática de três cargos da carreira e para esclarecer que são as regras para provimento dos cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional após a edição da lei. Neste caso, o provimento inicial deverá ser sempre na classe III, que é a classe inicial, sendo o acesso às classes superiores através da promoção.

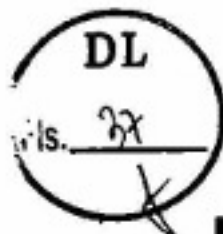
As alterações propostas aos §§ 4º e 5º do art. 23, aos art. 25, 26, 27 e 28 visam adequar a lei à Constituição, vedando o provimento derivado através da promoção interclasses ou mudança de função.

O art. 29 trata da estrutura remuneratória da Carreira Técnica Universitária, que é mantida como prevista na Lei nº 15.050/2006. É proposto acréscimo de exigências no § 1º, que trata da Gratificação de Titulação de 15% para doutores, exigindo compatibilidade do título de doutor com a área de formação ou de atuação do servidor e que este título não tenha sido usado para os institutos de desenvolvimento na carreira. Também é proposta alteração do nome da Gratificação de Tarefa de Segurança para Gratificação de Segurança Patrimonial, mantendo a sua destinação ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

Ainda com relação ao art. 29 é proposta criação da Gratificação de Atividade Artística – GAA destinada à aquisição e manutenção de instrumentos e de vestuário para as funções de Instrumentista Musical e Músico que atuem em orquestra Sinfônica das Instituições de Ensino Superior. São especificadas condições e limitações para a percepção desta vantagem nos incisos que compõem o parágrafo, excluindo-a da composição da remuneração para fins de base de cálculos de outras vantagens.

Nas disposições transitórias não há dispositivo específico sobre o enquadramento dos servidores nos três cargos criados. Tendo em vista que a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei nº 15.050/2006 foi justamente no sentido de se evitar a transposição de cargos e se respeitar o nível de escolaridade exigido para cada cargo, a definição de regras de transição e enquadramento é fundamental para se evitar que essa transposição declarada inconstitucional ocorra neste momento.

Nesse contexto, é preciso levar em consideração ainda a modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, que foi feita *ex nunc*, ou seja, os atos praticados com fulcro nos dispositivos declarados inconstitucionais antes dessa decisão deverão ser mantidos.



PARANÁ

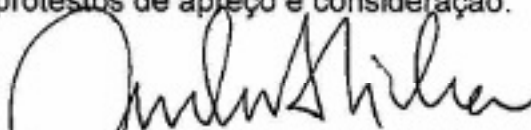
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Assim, são propostos os artigos 18 e 19 da presente medida.

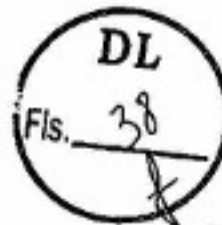
A inclusão destes artigos esclarece a forma de enquadramento, sendo desnecessária a existência do Anexo III da lei, que apesar de estar previsto no artigo referente ao provimento dos cargos, referia-se na verdade ao enquadramento dos servidores já existentes na carreira. Este enquadramento deve ser feito na forma exposta acima sob pena de se estar praticando justamente a transposição de cargos vedada pela Constituição e que acarretou a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei nº 15.050/2006.

Do contrário se permitiria que um servidor que está atualmente no cargo único de Agente Universitário e que ingressou com escolaridade de nível médio, que tenha concluído curso superior após o seu ingresso na carreira, seja agora enquadrado como Agente Universitário de Nível Superior. Este servidor deverá ser enquadrado no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, não havendo possibilidade de transposição para o cargo de Agente Universitário de Nível Superior sem a realização de concurso público para o mesmo.

Certo de a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa do necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

considerados inconstitucionais até a data de 08 de julho de 2011, em que foi publicado o acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, veiculado no Diário Eletrônico do TJ/PR nº 668, de 07 de julho de 2011, conforme consta no caput deste artigo.

Art. 19. O enquadramento dos servidores que não tiverem sido promovidos com fulcro nos dispositivos julgados inconstitucionais na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deverá ser realizado com base na escolaridade do servidor na ocasião do concurso prestado para ingresso na Carreira Técnica Universitária, da seguinte forma:

I – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de graduação que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe (I, II ou III) correspondente à série de classe que ocupavam na data da publicação desta lei (A, B ou C);

II – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino médio completo que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe (I, II ou III) correspondente à série de classe que ocupavam na data da publicação desta lei (A, B ou C);

III – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino fundamental que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe III deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário Operacional, na classe (I, II ou III) correspondente à série de classe que ocupavam na data da publicação desta lei (A, B ou C).

Art. 20. Fica revogado o Decreto nº 7.556, de 24 de junho de 2010.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2013 e de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 19 de outubro de 2012.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 513/2012

Súmula: Altera os dispositivos especificados da Lei nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os dispositivos da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, observadas as alterações introduzidas pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, indicados por esta lei passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O *caput* do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 20. A Carreira Técnica Universitária é composta de 3 (três) cargos, denominados Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional, cada qual composto por funções singulares ou multiocupacionais agregadas, estruturados em 3 (três) classes crescentes que determinam a linha de desenvolvimento profissional de cada cargo, de acordo com a exigência de escolaridade para cada cargo e função, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 3º O § 5º do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

§ 5º Classe é o agrupamento de funções de mesma escolaridade e complexidade ocupacional com escalonamento crescente de acordo com as exigências de tarefas e atividades das funções do cargo.

Art. 4º O § 6º do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

§ 6º Desenvolvimento profissional do cargo e função é o processo de crescimento horizontal e vertical na carreira, por intermédio dos institutos de desenvolvimento denominados progressão e promoção, respectivamente.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 5º Fica suprimido o § 7º do art. 20 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006.

Art. 6º O art. 21 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 21. A quantidade de vagas é fixada por Universidades e Hospitais Universitários, na forma do Anexo II desta lei e sendo alteradas somente por lei.

§ 1º As classes serão de referências de vencimento contínuas, tendo a classe imediatamente superior, valores superiores e crescentes em relação à classe imediatamente inferior, com intervalo de 3,5% e sendo o intervalo inicial entre as duas primeiras referências de cada classe de 5% para cada cargo.

§ 2º O rol das funções componentes do cargo, com os requisitos de ingresso em cada classe, são as dispostas na forma do Anexo III (A-B-C) desta lei.

§ 3º A carga horária do cargo Agente Universitário e das funções componentes é de 40 (quarenta) horas semanais, aplicando-se a tabela de vencimento básico do Anexo V desta lei.

§ 4º A jornada de trabalho de funções em atividades ou locais considerados insalubres, perigosos ou penosos seguirá a legislação estadual específica vigente e aplicável aos servidores públicos do Estado.

§ 5º A descrição das atribuições e tarefas do cargo, das funções componentes, jornada e outras características serão definidas no Perfil Profissiográfico do Cargo e Funções, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI e a Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP.

Art. 7º O art. 22 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 22. O provimento nas funções do cargo de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional se dará na classe correspondente à escolaridade exigida para o ingresso, na forma do Anexo III (A-B-C) e atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de vaga no cargo;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - Aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos;

III - Inspeção e avaliação médica obrigatória por órgão pericial do Estado ou credenciado pela instituição de ensino, podendo integrar a inspeção médica a avaliação psicológica;

IV - Registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e

V - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo e da função, previstos em legislação ou contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Parágrafo único. A comprovação do preenchimento dos requisitos I a V do caput deste artigo precederá a nomeação, sendo que o requisito previsto no inciso III terá caráter eliminatório.

Art. 8º Os §§ 4º e 5º do art. 23 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passam a ter a seguinte redação:

§ 4º Considerado estável, o servidor terá automaticamente progressão para a segunda referência da classe em que ingressou.

§ 5º Não será permitida a promoção para o servidor em estágio probatório e antes de decorridos 7 (sete) anos de efetivo exercício na classe de ingresso.

Art. 9º O art. 25 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 25. O desenvolvimento profissional na carreira se dará pelos institutos da progressão e promoção.

Art. 10. O art. 26 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

Art. 26. A progressão se dará na classe, ao servidor estável, por antiguidade, titulação e avaliação de desempenho.

§ 1º Progressão é a passagem do servidor, de uma referência salarial para outra, dentro da mesma classe, limitada à última referência salarial da classe.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

§ 2º A progressão por antiguidade ocorrerá a cada cinco anos de efetivo exercício na carreira, sendo de uma referência salarial, ocorrendo no período em que o servidor completar o tempo requerido para essa modalidade de progressão.

I - será computado o tempo de estágio probatório para este fim;

II - Não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Estado do Paraná, para efeitos desse parágrafo; e

III - Não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados e o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder, para efeitos deste parágrafo.

§ 3º A progressão por titulação será de até 2 (duas) referências salariais, a cada 4 (quatro) anos de efetivo exercício na classe, aplicada sempre quando o servidor apresentar os títulos, via requerimento e obedecendo.

I - Para o cargo de Agente Universitário Operacional, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada 20 (vinte) horas.

II - Para o cargo de Agente Universitário de Nível Médio, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada 40 (quarenta) horas.

III - Para o cargo de Agente Universitário de Nível Superior, conclusão de cursos relativos à área de atuação ou desempenho no cargo, sendo uma referência para cada 80 (oitenta) horas.

IV - Será considerado o somatório de cursos afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo/função, que poderão ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados e que restarão sem eficácia administrativa para as próximas progressões sob esse título.

V - Não poderá ser considerado título o curso que caracterize requisito mínimo para ingresso no cargo e função.

VI - Os certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público, não podendo ser computados de forma cumulativa para nenhum outro instituto de desenvolvimento na carreira.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII - A progressão a esse título será vinculada ao plano de capacitação instituído pelas Instituições de Ensino voltado ao corpo técnico universitário e de acordo com a função ocupacional exercida, ficando vedada a utilização de titulação externa ao plano de capacitação.

VIII - Os títulos apresentados na progressão por titulação restarão sem eficácia administrativa para os institutos de desenvolvimento na carreira, a qualquer título.

IX - As titulações utilizadas para o instituto de desenvolvimento na carreira de progressão observarão as exclusivamente obtidas no interstício entre uma progressão e outra, não se admitindo quaisquer titulações anteriores, sendo que a carga horária total das titulações deverão ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento) na modalidade presencial.

X - As progressões serão previstas na Lei Orçamentária Anual.

§ 4º A progressão por avaliação de desempenho será de uma referência salarial, a cada 3 (três) anos, não coincidente com a progressão por Antiguidade.

I - A avaliação de desempenho será anual e sua concessão será de acordo com a média satisfatória das três últimas avaliações.

II - Havendo coincidência, prevalecerá a progressão por Antiguidade.

Art. 11. O art. 27, da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passam a ter a seguinte redação:

Art. 27. A promoção ocorrerá entre as classes de um mesmo cargo, de maneira alternada entre uma e outra modalidade, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos.

§ 1º As modalidades da promoção são a de por titulação, também denominado mérito ou por tempo, também denominada antiguidade e obedecendo:

I - O efetivo exercício de no mínimo, 7 (sete) anos na carreira e interstício mínimo de 4 (quatro) anos na classe.

II - A promoção ocorrerá na referência salarial imediatamente superior, na classe de destino subsequente, superior à classe de origem, onde se iniciará novo interstício para a promoção.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

III - Os títulos de escolaridade superior deverão ser afetos à área de atuação ou formação do servidor.

§ 2º Os títulos de escolaridade utilizados na modalidade de promoção por titulação deverão ser utilizados uma única vez e restarão sem eficácia administrativa para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 3º - Para promoção, independentemente da modalidade, os requisitos de escolaridade e tempo estabelecidos para a classe devem ser respeitados na forma do anexo IV da presente lei.

§ 4º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira, denominada mérito, para o cargo de agente universitário de nível superior:

I – Para a Classe I: curso de pós-graduação *stricto sensu* ou 10 (dez) anos na Classe II mais outro curso de especialização;

II – Para a Classe II: curso de especialização e efetivo exercício de no mínimo, 7 (sete) anos na carreira e interstício mínimo de 4 (quatro) anos na classe.

§ 5º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira para o cargo de agente universitário de nível médio:

I – Para a Classe I: curso sequencial, tecnólogo ou curso superior completo;

II – Para a Classe II: curso profissionalizante, pós-médio completo, curso superior incompleto cursando o 3º ano ou tempo de no mínimo 7 (sete) anos na carreira e interstício de 4 anos na classe.

§ 6º São requisitos de escolaridade para a promoção na carreira para o cargo de agente universitário de nível operacional:

I – Para a Classe I: ensino médio incompleto cursando o 2º ano;

II – Para a Classe II: somente tempo de 7 (sete) anos na carreira e interstício de 4 anos na classe.

§ 7º A promoção será prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 12. O art. 28 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passam a ter a seguinte redação:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 28. A mudança de função fica condicionada a necessidade de readaptação ocupacional por determinação médica e será precedida de avaliação, observado o Perfil Profissiográfico.

Art. 13. O art. 29 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006, passa a ter a seguinte redação:

Art 29 – A estrutura remuneratória da Carreira Técnica Universitária será composta de:

I - Vencimento básico ou vencimento base, na forma do Anexo V desta lei;

II - Adicional por Tempo de Serviço – ATS;

III - Salário - Família; e

IV - Vantagens atribuídas no desempenho do cargo e função, sobre o vencimento básico, em atividades ou locais definidos por lei, para funcionários lotados em unidades em que se apliquem tais vantagens, conforme estabelece legislação estadual específica.

§ 1º Será concedida Gratificação de Titulação de 15% (quinze por cento), sobre seu vencimento básico, ao servidor ocupante do cargo Agente Universitário de Nível superior que estiver na classe I e que possua título de Doutor, desde que tal título seja compatível com a área de formação ou de atuação do servidor e não tenha sido utilizado para os institutos de desenvolvimento na carreira.

§ 2º Será concedida Gratificação de Atividade de Saúde – GAS, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta lei, de natureza transitória, relativa ao caráter penoso, insalubre e com risco de vida da atividade de saúde, cumulativamente incompatível com o recebimento de gratificação de insalubridade e periculosidade.

§ 1º – Para efeito deste parágrafo, as unidades, não relacionadas no Anexo V desta lei, deverão passar pela análise de Comissão de Avaliação instituída para este fim e convalidada pelo órgão de Perícia Oficial do Estado.

§ 3º Será concedida Gratificação de Segurança Patrimonial – GSP, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta lei, de natureza transitória, ao ocupante da função de Agente de Segurança Interna.

§ 4º Será concedida Gratificação de Atividade Artística - GAA, fixada em valor absoluto, na forma do Anexo V desta Lei, de natureza



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

transitória, relativa a aquisição e manutenção de Instrumentos e de Vestuário, exclusiva para as funções de Instrumentista Musical e Músico, que atuem em Orquestra Sinfônica das Instituições de Ensino Superior.

I - A vantagem referida neste parágrafo não servirá de base de cálculo de outras vantagens e exclui a criação ou concessão de quaisquer outras vantagens sob o mesmo título ou fundamento.

II - Sobre o valor da vantagem aludida neste parágrafo será imposto descontos sobre faltas.

III - A instauração de processo administrativo disciplinar suspende o pagamento da vantagem de que trata este artigo, a partir do indiciamento do servidor público até a conclusão final e decisão do procedimento.

IV - A assiduidade e a pontualidade dos funcionários da Orquestra, no exercício das funções de músico, constituem requisitos para o recebimento da vantagem aludida neste parágrafo, cujo valor se sujeita à redução, em desfavor do funcionário beneficiário, na base de:

a) 20% (vinte por cento) por falta verificada no ensaio ou outra atividade correspondente;

b) 40% (quarenta por cento) por falta que caracterize reincidência em ensaio ou atividade preparatória da apresentação pública do mesmo espetáculo artístico, musical ou bailado programado; e

c) 50% (cinquenta por cento) em caso de falta verificada na apresentação pública do espetáculo artístico programado.

§ 5º As demais vantagens que compõem a remuneração serão calculadas exclusivamente sobre o vencimento básico, ficando vedada à concessão de qualquer outra não prevista nesta lei.

§ 6º As vantagens de local que necessitem de perícia do órgão oficial do Estado serão devidas somente após laudo de caráter individual ou de local e somente enquanto o servidor permanecer lotado na unidade, sendo extinta sua concessão quando extinto o fato gerador de atribuição.

§ 7º Toda e qualquer vantagem remuneratória prevista nesta lei comporá base contributiva para a inatividade, de acordo com a legislação constitucional vigente.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 14. A Tabela de Vencimento prevista no inciso I do art. 29 da Lei 15.050, de 15 de abril de 2006 passará a vigorar de acordo com o Anexo V desta lei, preservada a situação funcional de cada servidor.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 15. O disposto no § 5º do artigo 23 da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com a redação dada pela Lei nº 15.050, de 12/04/2006 e o disposto no artigo 27, § 1º, inciso I, da Lei nº 11.713, de 07/05/1997, com nova redação dada pelo artigo 11 desta lei, não se aplica aos servidores que se encontram em estágio probatório na data de publicação desta lei.

Art. 16. Os servidores que na data de publicação desta lei estiverem recebendo cumulativamente a Gratificação de Atividade de Saúde e a Gratificação de Periculosidade deverão optar pelo recebimento de apenas uma delas, através de declaração expressa, em termo de opção próprio.

Parágrafo único. A opção será feita uma única vez, sendo vedada a posterior alteração, ressalvada a hipótese de alteração de local de trabalho por interesse da Instituição.

Art. 17. O enquadramento dos servidores do Cargo de Agente Universitário que tiveram promoções realizadas até 08 de julho de 2011 com fulcro nos dispositivos declarados inconstitucionais pelo acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, nos cargos de Agente Universitário de Nível Superior, Agente Universitário de Nível Médio e Agente Universitário Operacional deverá ser realizado respeitando-se essas promoções, conforme consta o Anexo VI desta Lei.

§ (I) – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção, respeitadas as promoções intraclasses ocorridos na forma da lei;

§ (II) – os servidores que tiverem obtido promoções na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe (I, II ou III) correspondente à escolaridade que tinham na data da promoção, respeitadas as promoções intraclasses ocorridos na forma da lei;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. Esse enquadramento só é aplicável aos servidores que tiverem sido promovidos com fulcro e na vigência dos dispositivos considerados inconstitucionais até a data de 08 de julho de 2011, em que foi publicado o acórdão proferido na ADI nº 698.568-8, veiculado no Diário Eletrônico do TJ/PR nº 668, de 07/07/2011, conforme consta no caput deste artigo.

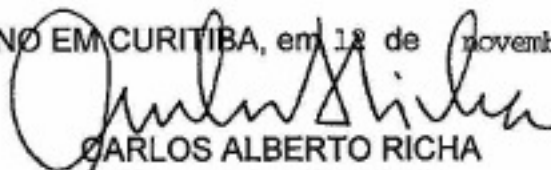
Art. 18. O enquadramento dos servidores que não tiverem sido promovidos com fulcro nos dispositivos julgados inconstitucionais na ADI nº 698.568-8, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deverá ser realizado com base na escolaridade do servidor na ocasião do concurso prestado para ingresso na Carreira Técnica Universitária, conforme consta o Anexo VI desta Lei.

- § (I) – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de graduação que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe I deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Superior, na classe I, II ou III correspondente à série de classe A, B ou C e na referência salarial ocupada na data da publicação desta lei;
- § (II) – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino médio completo que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe II deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário de Nível Médio, na classe I, II ou III correspondente à série de classe A, B ou C e na referência salarial ocupada na data da publicação desta lei;
- § (III) – os servidores que ingressaram na carreira com escolaridade mínima de ensino fundamental que ocupavam o cargo de Agente Universitário Classe III deverão ser enquadrados no cargo de Agente Universitário Operacional, na classe I, II ou III correspondente à série de classe A, B ou C e na referência salarial ocupada na data da publicação desta lei;

Art. 19. Fica revogado o Decreto nº 7.556/2010.

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2013 e de acordo com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

CARGO	CLASSE	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	
	II	ESPECIALIZAÇÃO
	III	GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	
	II	PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III	MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	
	II	
	III	FUNDAMENTAL COMPLETO

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES (TOTAL)

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	1.335	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	2.834	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	2.763	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		6.932	

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS (TOTAL)

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	965	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	1.893	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	935	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		3.793	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UEL

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	482	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	1.063	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	775	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		2.320	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UEL

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	462	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	1.152	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	562	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		2.176	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UEM

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	435	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	711	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	914	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		2.060	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UEM

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	386	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	384	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	218	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		988	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UNIOESTE

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	105	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	283	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	331	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		719	

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO UNIOESTE

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	117	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	357	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	155	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		629	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UEPG

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	140	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	390	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	459	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		989	

DEMAIS UNIDADES - UENP

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	28	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	120	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	96	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		244	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

O

O

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

DEMAIS UNIDADES - UNICENTRO

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	96	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	130	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	108	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		334	

DEMAIS UNIDADES - UNESPAR TOTAL

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	49	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	137	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	80	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		266	

Obs.: A quantidade total de agentes para a UNESPAR, considerando a reserva técnica prevista pela Resolução 16/2007-SETI, publicada no Diário Oficial nº 7428 de 09 de março de 2007, sendo 2 para o cargo de nível superior, 14 para o nível médio e 01 para fundamental.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

UNESPAR - EMBAP

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	13	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	9	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		28	

UNESPAR - FAP

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	7	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	19	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	9	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		35	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

4
2
2
0
9
3

0

0

ANEXO II DA LEI Nº
ESTRUTURA DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

UNESPAR - FAFIPAR

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	24	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	7	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		37	

UNESPAR - FAFI-JUV

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	13	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	7	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		26	



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	6	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	19	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	13	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		38	PAR GOVERNO do Gabinete d

CARGO	CLASSE	QUANT. DE VAGAS	REQUISITO MÍNIMO DE ESCOLARIDADE PARA INGRESSO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	8	
	II		ESPECIALIZAÇÃO
	III		GRADUAÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	19	
	II		PROFISSIONALIZANTE / PÓS MÉDIO COMPLETO
	III		MÉDIO COMPLETO
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	13	
	II		
	III		FUNDAMENTAL COMPLETO
TOTAL		40	

**ANEXO III - "A" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR**



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
ADMINISTRADOR	III	GRADUAÇÃO
ADVOGADO	III	GRADUAÇÃO
ANALISTA DE INFORMÁTICA	III	GRADUAÇÃO
ARQUITETO	III	GRADUAÇÃO
ARQUIVOLOGISTA	III	GRADUAÇÃO
ASSISTENTE SOCIAL	III	GRADUAÇÃO
BIBLIOTECÁRIO	III	GRADUAÇÃO
BIÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
BIOQUÍMICO	III	GRADUAÇÃO
CAPELÃO	III	GRADUAÇÃO
CIRURGIÃO DENTISTA	III	GRADUAÇÃO
COMUNICADOR SOCIAL	III	GRADUAÇÃO
CONTADOR	III	GRADUAÇÃO
ECONOMISTA	III	GRADUAÇÃO
ECONOMISTA DOMÉSTICO	III	GRADUAÇÃO
ENFERMEIRO	III	GRADUAÇÃO
ENFERMEIRO DO TRABALHO	II	ESPECIALIZAÇÃO
ENGENHEIRO AGRÍCOLA	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO CIVIL	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE ALIMENTOS	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE PESCA	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	II	ESPECIALIZAÇÃO
ENGENHEIRO ELETRICISTA	III	GRADUAÇÃO
FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO

**ANEXO III - "A" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR**



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ENGENHEIRO FLORESTAL	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO MECÂNICO	III	GRADUAÇÃO
ENGENHEIRO QUÍMICO	III	GRADUAÇÃO
ESTATÍSTICO	III	GRADUAÇÃO
FARMACÊUTICO	III	GRADUAÇÃO
FÍSICO	III	GRADUAÇÃO
FISIOTERAPEUTA	III	GRADUAÇÃO
FONOAUDIÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
GEÓGRAFO	III	GRADUAÇÃO
INSTRUTOR DE IDIOMAS	III	GRADUAÇÃO
INSTRUTOR DE PRÁTICA DESPORTIVA	III	GRADUAÇÃO
MÉDICO	II	ESPECIALIZAÇÃO
MÉDICO DO TRABALHO	II	ESPECIALIZAÇÃO
MÉDICO VETERINÁRIO	III	GRADUAÇÃO
MUSEÓLOGO	II	ESPECIALIZAÇÃO
MÚSICO	III	GRADUAÇÃO
MUSICOTERAPEUTA	III	GRADUAÇÃO
NUTRICIONISTA	III	GRADUAÇÃO
PEDAGOGO	III	GRADUAÇÃO
PROFESSOR DE ENSINO MÉDIO PROFISSIONALIZANTE	III	GRADUAÇÃO
PROGRAMADOR VISUAL	III	GRADUAÇÃO
PSICÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
QUÍMICO	III	GRADUAÇÃO
SECRETÁRIO EXECUTIVO	III	GRADUAÇÃO
SOCIÓLOGO	III	GRADUAÇÃO
FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
ZOOTECNISTA	III	GRADUAÇÃO

ANEXO III - "A" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Cabinete do Governador

FUNÇÃO MULTIOcupACIONAL	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
TÉCNICO EM ASSUNTOS UNIVERSITÁRIOS		EXTINTA AO VAGAR

**ANEXO III - "B" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO**



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	-	EXTINTA AO VAGAR
COZINHEIRO	III	MÉDIO COMPLETO
DESENHISTA PROJETISTA	-	EXTINTA AO VAGAR
EDUCADOR INFANTIL	-	EXTINTA AO VAGAR
FUNILEIRO	-	EXTINTA AO VAGAR
HIALOTÉCNICO	III	MÉDIO COMPLETO
INSTRUMENTISTA MUSICAL	III	MÉDIO COMPLETO
INSTRUTOR DE ARTES	-	EXTINTA AO VAGAR
INSTRUTOR PRÁTICO NATIVO	-	EXTINTA AO VAGAR
MESTRE DE OBRAS	III	MÉDIO COMPLETO / PÓS MÉDIO
MOTORISTA	III	MÉDIO COMPLETO MAIS CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO "D"
RECREACIONISTA	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ANATOMIA E NECRÓPSIA	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM BIBLIOTECA	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA	-	EXTINTA AO VAGAR
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO TRABALHO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM ESTÚDIO E MULTIMÍDIA	III	MÉDIO COMPLETO
FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO

**ANEXO III - "B" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO**



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Poder do Governador

TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM LABORATÓRIO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM MANEJO E MEIO AMBIENTE	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM MONTAGEM DE EVENTOS	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM MUSEOLOGIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM PRODUÇÃO INDUSTRIAL	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM PROJETO VISUAL E EDITORAÇÃO	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TÉCNICO GRÁFICO	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO MECÂNICO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TOPÓGRAFO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO
TORNEIRO MECÂNICO	II	MÉDIO PROFISSIONALIZANTE OU PÓS MÉDIO

FUNÇÃO MULTIOCUPACIONAL	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
TÉCNICO ADMINISTRATIVO	III	MÉDIO COMPLETO
TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	III	MÉDIO COMPLETO

12.09.13

**ANEXO III - "C" DA LEI Nº
ROL E CORRELAÇÃO DE FUNÇÕES PARA O
CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL**

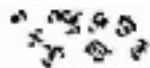


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

FUNÇÃO SINGULAR	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
AGENTE DE SEGURANÇA INTERNA	II	FUNDAMENTAL COMPLETO MAIS CURSO NA ÁREA
AUXILIAR DE LABORATÓRIO	-	EXTINTA AO VAGAR
ATENDENTE DE ENFERMAGEM	-	EXTINTA AO VAGAR
MARINHEIRO FLUVIAL DE CONVÉS	II	FUNDAMENTAL COMPLETO MAIS CURSO NA ÁREA
MARINHEIRO FLUVIAL DE MÁQUINAS	II	FUNDAMENTAL COMPLETO MAIS CURSO NA ÁREA
TELEFONISTA	II	FUNDAMENTAL COMPLETO

FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	CLASSE DE INGRESSO	REQUISITO DE INGRESSO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	-	EXTINTA AO VAGAR
AUXILIAR OPERACIONAL	III	FUNDAMENTAL COMPLETO
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	II	FUNDAMENTAL COMPLETO



ANEXO IV DA LEI Nº
REQUISITOS DE ESCOLARIDADE PARA PROMOÇÃO DA CARREIRA TÉCNICA
UNIVERSITÁRIA



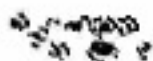
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

CARGO	CLASSE	REQUISITOS DE PROMOÇÃO
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU OU 10 (DEZ) ANOS NA CLASSE "II" MAIS OUTRO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
	II	ESPECIALIZAÇÃO E APÓS O TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE III
	III	

AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	SEQÜENCIAL, TECNÓLOGO OU SUPERIOR COMPLETO E APÓS O TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE II
	II	PROFISSIONALIZANTE/PÓS MÉDIO COMPLETO/SUPERIOR INCOMPLETO CURSANDO O 3º ANO OU TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO DE MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE III
	III	

AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, CURSANDO 2º ANO E APÓS O TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE II
	II	SOMENTE TEMPO DE NO MÍNIMO 7 (SETE) ANOS NA CARREIRA E INTERSTÍCIO MÍNIMO DE 4 (QUATRO) ANOS NA CLASSE III
	III	



ANEXO V DA LEI Nº
TABELA DE VENCIMENTO E GRATIFICAÇÕES DA CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA

CARGO	CLASSES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	I	5.731,19	6.017,75	6.228,37	6.448,36	6.671,98	6.905,50	7.147,20	7.397,35	7.656,25	7.924,22	8.201,57	8.488,63
	II	3.793,60	3.983,26	4.122,70	4.266,99	4.416,33	4.570,91	4.730,89	4.896,47	5.067,85	5.245,22	5.428,80	5.618,81
	III	2.611,07	2.636,62	2.728,90	2.824,42	2.923,27	3.025,58	3.131,48	3.241,08	3.354,52	3.471,93	3.593,45	3.719,22
AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	I	2.535,38	2.662,15	2.755,32	2.851,76	2.951,57	3.054,88	3.161,80	3.272,46	3.387,00	3.505,54	3.628,24	3.755,22
	II	1.645,95	1.728,25	1.788,74	1.851,34	1.916,14	1.983,21	2.052,62	2.124,46	2.198,81	2.275,77	2.355,43	2.437,87
	III	1.068,64	1.121,97	1.161,24	1.201,88	1.243,94	1.287,48	1.332,54	1.379,18	1.427,46	1.477,42	1.529,13	1.582,65
AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	I	1.847,58	1.939,96	2.007,86	2.078,13	2.150,86	2.226,15	2.304,06	2.384,70	2.469,17	2.554,55	2.643,96	2.736,50
	II	1.222,95	1.284,10	1.329,04	1.375,56	1.423,71	1.473,54	1.525,11	1.578,49	1.633,73	1.690,92	1.750,10	1.811,35
	III	809,50	848,98	879,72	910,51	942,38	975,37	1.009,50	1.044,84	1.081,41	1.119,25	1.158,43	1.198,97

GRATIFICAÇÃO DE TITULAÇÃO DE 16% SOBRE O VENCIMENTO DO AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR QUE POSSUA DOUTORADO (DESDE QUE NÃO TENHA UTILIZADO O TÍTULO PARA PROMOÇÃO)

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE SAÚDE - GAS: PARA SERVIDORES QUE PRESTAM SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAIS (SEM INCIDÊNCIA DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE):

VALOR: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO 944,38
DEMAIS UNIDADES 674,55

GRATIFICAÇÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL - GSP: FUNÇÃO AGENTE DE SEGURANÇA INTERNA DO CARGO AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL

GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ARTÍSTICA - GAA: INSTRUMENTISTAS MUSICAIS E MÚSICOS INTEGRANTES DA ORQUESTRA SINFÔNICA DE LONDRIANA - OSSUEL

ANEXO VI DA LEI Nº
ENQUADRAMENTO

ARTIGO 17. ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES QUE TIVERAM PROMOÇÕES REALIZADAS ATÉ 08 DE JULHO DE 2011, COM FULCRO NOS DISPOSITIVOS DECLARADOS INCONSTITUCIONAIS PELO ACÓRDÃO PROFERIDO NA ADI Nº 693.628-8, RESPEITADAS AS PROMOÇÕES INTRACLASSE OCORRIDAS NA FORMA DA LEI.

DE	SÉRIE DE CLASSES	PARA	CLASSE CORRESPONDENTE À ESCOLARIDADE NA DATA DA PROMOÇÃO		
			I	II	III
AGENTE UNIVERSITÁRIO	B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	CLASSE	STRATTO SENSO OU 10 (DEZ) ANOS NA SÉRIE DE CLASSE "B" MAIS OUTRO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	
				ESPECIALIZAÇÃO	
				GRADUAÇÃO	
	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	CLASSE	SEQUENCIAL, TECNÓLOGO OU SUPERIOR INCOMPLETO CURSANDO 3º ANO	
				PROFISSIONALIZANTE/PÓS MÉDIO COMPLETO OU TEMPO	
				ENSINO MÉDIO COMPLETO	
	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	CLASSE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, CURSANDO 2º ANO	
				SOMENTE TEMPO	

ARTIGO 18. ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES QUE NÃO TIVERAM PROMOÇÃO COM FULCRO NOS DISPOSITIVOS JULGADOS INCONSTITUCIONAIS NA ADI Nº 698.688-8.

DE	SÉRIE DE CLASSES	PARA	CLASSE CORRESPONDENTE À ESCOLARIDADE NA DATA DA PROMOÇÃO		
			I	II	III
INGRESSO COMO AGENTE UNIVERSITÁRIO CLASSE I	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL SUPERIOR	CLASSE	STRATTO SENSO OU 10 (DEZ) ANOS NA SÉRIE DE CLASSE "B" MAIS OUTRO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	
				ESPECIALIZAÇÃO	
				GRADUAÇÃO	
INGRESSO COMO AGENTE UNIVERSITÁRIO CLASSE II	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO DE NÍVEL MÉDIO	CLASSE	SEQUENCIAL, TECNÓLOGO OU SUPERIOR INCOMPLETO CURSANDO 3º ANO	
				PROFISSIONALIZANTE/PÓS MÉDIO COMPLETO OU TEMPO	
				ENSINO MÉDIO COMPLETO	
INGRESSO COMO AGENTE UNIVERSITÁRIO CLASSE III	A B C	AGENTE UNIVERSITÁRIO OPERACIONAL	CLASSE	ENSINO MÉDIO INCOMPLETO, CURSANDO 2º ANO	
				SOMENTE TEMPO	



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 NOV. 2012

[Assinatura]
1º Secretário

Palácio Iguaçu – Curitiba, 12 de novembro de 2012
OF CEE/G 231/12

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em, 12/11/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 141, § 3.º, do Regimento Interno dessa Assembleia Legislativa, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por essa Casa, a anexa Emenda Substitutiva Geral do Projeto de Lei n.º 513/2012, oriundo da Mensagem Governamental n.º 065/2012, que encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, em face de novos estudos realizados pelos órgãos competentes deste Poder Executivo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas considerações.

Atenciosamente,

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

Anote-se, junte-se a Proposição de
referência

DL 13/11/12

[Assinatura]

VICE-GOV/CEE/SRGVF/JC



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 513/2012

Projeto de Lei nº. 513/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 065/12

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, observadas as alterações da Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 11.713/97 QUE DISPÕE SOBRE AS CARREIRAS DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DO PARANÁ. MODIFICA O CAPUT E O §5º, §6º E §7º DO ART. 20; O ART. 21; O ART. 22; O §4º E O §5º DO ART. 23; O ART. 25; O ART. 26; O ART. 27; O ART. 28; O ART. 29. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13 e 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 24 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo alterar os dispositivos que especifica da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, observadas as alterações da Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006.

Cumprir informar que a Lei Estadual nº 15.050/2006 alterou uma série de dispositivos da Lei Estadual 11.713/97 que dispõe sobre as Carreiras do Pessoal Docente e Técnico Administrativo das Instituições de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ensino Superior do Estado do Paraná. A Lei Estadual nº 11.713/97 dispõe em seu Capítulo I sobre a Carreira do Magistério e no Capítulo II sobre a Carreira do Pessoal Técnico Administrativo, o qual foi alterado pela Lei Estadual nº 15.050/2006, que passou a denominá-la de "CARREIRA TÉCNICA UNIVERSITÁRIA".

Basicamente, as alterações propostas visam adequar a lei após o julgamento procedente da ação de declaração de inconstitucionalidade nº 698568-8, alterando a composição de cargos de carreira.

Ainda, com base no art. 141, §3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná o próprio Poder Executivo apresentou uma Emenda Substitutiva Geral ao referido Projeto de Lei.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil, em seu art. 24, e a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13, assim determinam:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Desse modo, nota-se que o Estado, Poder Executivo, detém prerrogativas para promover as alterações nas legislações supracitadas; uma vez que se referem ao assunto "educação".

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

Já no que tange à Lei Complementar Federal nº 95/98 para uma melhor técnica legislativa, o Projeto de Lei deve ser aprovado nos termos da SUBMEMENDA em anexo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

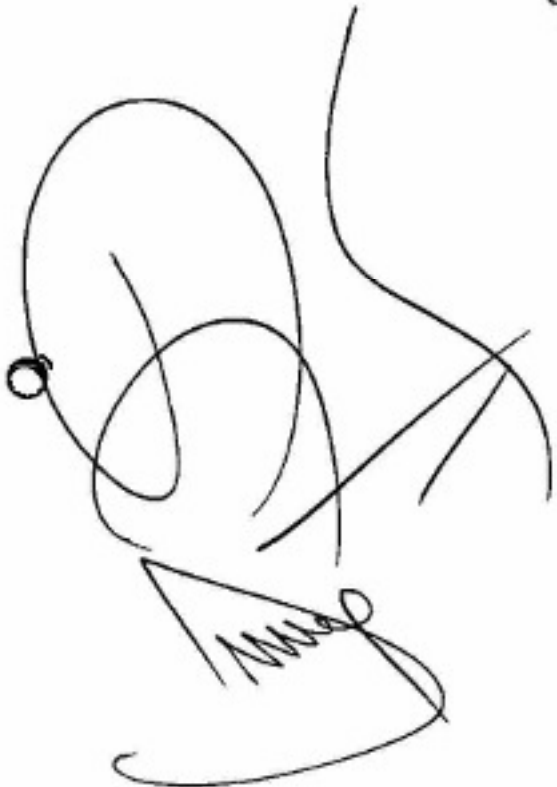


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa nos termos da SUBEMENDA em anexo.

Sala das Comissões, 13 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ESTADUAL
RELATOR

ELIO RUSCH




APROVADO
unânime 13.1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 513/2012

De acordo com o que determina os artigos 137, §3º, 138 e 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa a Emenda Substitutiva Geral apresentada ao Projeto de Lei nº 513/2012, a contar com as seguintes alterações:


Art. 1º. A súmula do projeto de lei 513/2012 passa a contar com a seguinte redação:

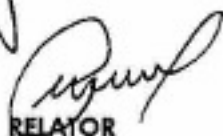
"**Súmula:** Altera os dispositivos que especifica da Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997, observadas as alterações da Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006."

Art. 2º. O art. 1º do projeto de lei 513/2012 passa a contar com a seguinte redação:


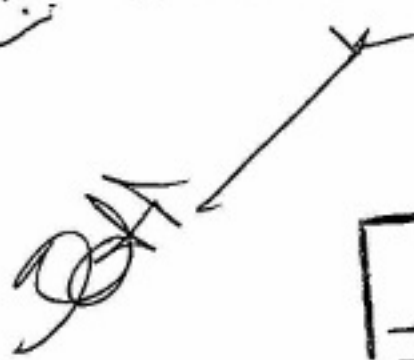


"**Art. 1º** A presente Lei altera dispositivos da Lei nº 11.713 de 07 de maio de 1997, observadas as alterações da Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006."

Sala das Comissões, 13 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


RELATOR

ELIO RUSEH





APROVADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

req.01

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA
SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
13 NOV 2012

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias, ordinária e extraordinárias do dia 14 de novembro, próxima quarta-feira, em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei nº 513/12 de autoria do Poder Executivo através da Mensagem Governamental 065/12.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias de 14 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei 513/12, oriundo da Mensagem 065/12.

Sala das Sessões em, 13 de novembro de 2012.

15119 13/11/2012 08:25:33 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

10- MARCO
11- UERSON
12- PR. EDSON
13- COFIO
14- ALVARO
15- GILMAR
16- ZUCCHETTI
17- BERNARDO
18- BERNARDO
19- BERNARDO
20- BERNARDO
21- BERNARDO
22- BERNARDO
23- BERNARDO
24- BERNARDO
25- BERNARDO
26- BERNARDO
27- BERNARDO
28- BERNARDO
29- BERNARDO
30- BERNARDO
31- BERNARDO
32- BERNARDO
33- BERNARDO
34- BERNARDO
35- BERNARDO
36- BERNARDO
37- BERNARDO
38- BERNARDO
39- BERNARDO
40- BERNARDO
41- BERNARDO
42- BERNARDO
43- BERNARDO
44- BERNARDO
45- BERNARDO
46- BERNARDO
47- BERNARDO
48- BERNARDO
49- BERNARDO
50- BERNARDO
51- BERNARDO
52- BERNARDO
53- BERNARDO
54- BERNARDO
55- BERNARDO
56- BERNARDO
57- BERNARDO
58- BERNARDO
59- BERNARDO
60- BERNARDO
61- BERNARDO
62- BERNARDO
63- BERNARDO
64- BERNARDO
65- BERNARDO
66- BERNARDO
67- BERNARDO
68- BERNARDO
69- BERNARDO
70- BERNARDO
71- BERNARDO
72- BERNARDO
73- BERNARDO
74- BERNARDO
75- BERNARDO
76- BERNARDO
77- BERNARDO
78- BERNARDO
79- BERNARDO
80- BERNARDO
81- BERNARDO
82- BERNARDO
83- BERNARDO
84- BERNARDO
85- BERNARDO
86- BERNARDO
87- BERNARDO
88- BERNARDO
89- BERNARDO
90- BERNARDO
91- BERNARDO
92- BERNARDO
93- BERNARDO
94- BERNARDO
95- BERNARDO
96- BERNARDO
97- BERNARDO
98- BERNARDO
99- BERNARDO
100- BERNARDO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 546 / 12

Súmula: Institui gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores que atuem diretamente nas atividades técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área agropecuária e do meio ambiente, com fundamento no art. 172 e art. 178, da Lei Estadual nº 6.174/70.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Fica instituída a gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores ocupantes de cargos de Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, pela atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área de agropecuária e do meio ambiente.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se como atividades técnica e de suporte técnico-administrativo, aquelas exclusivamente relacionadas à programação, ao projeto, ao planejamento, à execução, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação, ao controle e às atividades de apoio administrativo exercidas no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Instituto Ambiental do Paraná, do Instituto das Águas do Paraná e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociência, tendo por objetivo a melhoria de resultados, fixada em acordos de gestão, celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

Art. 2º A gratificação de que trata o artigo 1º desta Lei fica estipulada nos seguintes valores:



I - R\$ 1.750,00 (um mil e setecentos e cinquenta reais) para os ocupantes do cargo de Agente Profissional;

II - R\$ 934,00 (novecentos e trinta e quatro reais) aos servidores no exercício do cargo de Agente de Execução;

III - R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) para os integrantes da carreira de Agente de Apoio.

§ 1º A gratificação tratada nesta Lei sofrerá reajuste no mesmo percentual previsto na Lei Geral Anual, por ocasião de sua revisão.

§ 2º Na hipótese de o servidor ocupar cargo de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão, simultaneamente, nos casos e formas previstas em Lei, deverá optar pela percepção dos encargos especiais ou do cargo em comissão.

§ 3º Os encargos especiais não integram a base de cálculo de qualquer outra gratificação, adicional ou vantagem que o servidor perceba ou venha a perceber, à exceção das férias e gratificação natalina, e será incorporável na forma da legislação previdenciária vigente.

§ 4º O servidor lotado no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento que receba o Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária – AAFA ou o Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFM não fará jus à Gratificação de Encargos Especiais.

Art. 3º Não será devida a gratificação criada no artigo 1º desta Lei aos servidores que se enquadrarem nas seguintes condições:

I - estiverem à disposição ou cedidos a outros órgãos ou entidades, independente do ônus, exceto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e Centro Paranaense de Referência em Agroecologia – CPRA;

II – passarem ao gozo de licença para o trato de interesses particulares;



III – terem sofrido penalidade disciplinar durante o período de sua incidência.


Art. 4º O ato de concessão da Gratificação de Encargos Especiais é de competência do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, respectivamente, depois de ouvido o Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Cumpre às autoridades responsáveis por atividades de chefia, junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a constante averiguação da existência dos requisitos ensejadores da concessão dos encargos especiais, adotando, se necessário, providências para apuração de situação irregular.

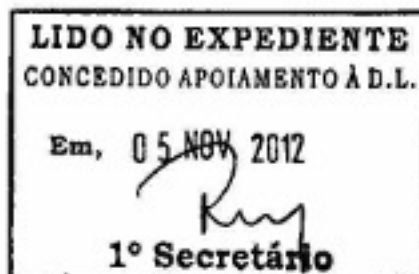
Art. 6º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar as suplementações necessárias.

Art. 7º Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de outubro de 2012



CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO



MENSAGEM
Nº 68/2012

Curitiba, em 26 de outubro de 2012.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 05/10/2012
[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre gratificação pelo exercício de encargos especiais (GEE), para servidores que atuem diretamente nas atividades técnicas e de suporte técnico administrativo, relacionadas à execução de programas e políticas públicas de interesse da área agropecuária e do meio ambiente, com fundamento nos artigos 172 e 178 da Lei nº 6.174/1970, no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do Instituto Ambiental do Paraná, do Instituto de Águas do Paraná e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, tendo por objetivo a melhoria de resultados fixada em acordos de gestão celebrados entre o órgão, seus dirigentes e o Poder Executivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DEPUTADO VALDIR ROSSONI
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
NESTA CAPITAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER PROJETO DE LEI Nº 546/2012

Projeto de Lei nº. 546/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 068/2012

Súmula: Institui gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores que atuem diretamente nas atividades técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programas de Políticas Públicas de interesse da área agropecuária e do meio ambiente, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual n.º. 6.174/70.

EMENTA: GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS. SERVIDORES DE ATIVIDADES TÉCNICAS E DE SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO. PROGRAMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERESSE DA ÁREA AGROPECUÁRIA E DO MEIO AMBIENTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo conceder gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores ocupantes de cargos de Agente Profissional, Agente de Execução e Agente de Apoio, do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, pela atuação direta em atividade técnica e de suporte técnico-administrativo relacionadas à execução de Programa de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Políticas Públicas de interesse da área de agropecuária e do meio ambiente.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 e, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de Novembro de 2012.

Deputado NELSON JUSTUS
Presidente

Deputado ADEMAR TRAIANO
Relator

APROVADO
unanimemente 06/11/12



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 06 NOV 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 546/12 de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 546/12 oriundo da Mensagem Governamental nº 068/12.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2012.

Deputado Ademar Traiano

Deputado Rasca Rodrigues

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 07/11/12

15:18 06/11/2012 006913 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

SCANAVACA

Pr Edison

Rose LITRO

afins



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 546/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 068/12 que institui gratificação pelo exercício de encargos especiais aos servidores que atuem diretamente nas atividades técnica e de suporte técnico – administrativo relacionadas à execução de programas e políticas públicas de interesse da área de agropecuária e do meio ambiente, com fundamento nos arts. 172 e 178, da Lei Estadual nº 6.174/70.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Devemos observar que a matéria em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, tendo em vista que o autor da matéria, no art. 6º da proposta esclarece que "as despesas com a aplicação desta Lei ficarão a cargo das dotações orçamentária próprias, ficando o Poder Executivo autorizado a realizar as suplementações necessárias".



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13/11/12.

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
RELATOR